

RELATÓRIO E CONTAS DE 2012





TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 9º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Contribuinte n.º 506 240 266

Registado com o n.º 22 na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros

RELATÓRIO E CONTAS DE 2012

ÍNDICE

Relatório de Gestão	4
1. Números da Intermodalidade	5
2. Factos relevantes em 2012	6
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	6
2.2. Alterações da Rede Intermodal	8
2.3. Alteração nas condições de atribuição dos títulos de assinatura	10
2.4. Alterações Tarifárias	11
2.5. Alteração na Rede de Vendas	12
2.6. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	12
3. O sistema intermodal Andante	13
3.1. Caraterização da rede	14
3.2. Caraterização dos títulos comercializados	15
4. Atividade Comercial 2012	18
4.1. Validações	18
4.2. Quantidades Vendidas	22
4.3. Receita Intermodal	23
4.4. Comunicação com o Cliente	25
5. O TIP e os seus colaboradores	29
5.1. Estrutura Organizacional	29
5.2. Recursos Humanos	30
6. O TIP e os seus acionistas	30
6.1. Estrutura Societária	30
6.2. Composição Órgãos Sociais	31
6.3. Modelo de Governo do TIP	35
7. Desempenho Económico e Financeiro	49
7.1. Proposta de Aplicação dos Resultados	56
Perspetivas para 2013	57
Contas do Exercício de 2012	59
ANEXOS	80
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	91

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal	2010	2011	2012	Δ 12/11
MP	54,05	56,23	54,85	-2,4%
STCP	39,14	43,16	45,28	4,9%
CP	3,37	3,48	3,63	4,3%
Operadores Rodoviários Privados	1,16	1,80	5,91	227,6%
(Unidade: milhões)	97,73	104,68	109,68	4,8%

Estrutura de validações por operador	2010	2011	2012	Δ 12/11
MP	55,3%	53,7%	50,0%	-3,7 pp
STCP	40,1%	41,2%	41,3%	0,1 pp
CP	3,5%	3,3%	3,3%	0,0 pp
Operadores Rodoviários Privados (8)	1,2%	1,7%	5,4%	3,7 pp

Utilização / Validação Títulos Transporte	2010	2011	2012	Δ 12/11
Títulos Viagem	1,34	1,35	1,35	0,5%
Assinaturas totais	56,69	57,16	59,67	4,4%
(Média Mensal) Assinaturas normais	63,40	63,89	61,51	-3,7%

Valor médio por validação (sem cartão)	2010	2011	2012	Δ 12/11
Títulos de Viagem	0,80	0,86	0,95	9,7%
Títulos de Assinatura totais	0,40	0,43	0,50	15,8%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,46	0,50	0,58	15,9%

Quantidade de cartões vendidos	2010	2011	2012	Δ 12/11
Andante Azul	1.696,1	1.736,7	1.486,6	-14,4%
Andante Gold	91,2	91,4	98,1	7,3%
(Unidade: milhares)	1.787,4	1.828,2	1.584,7	-13,3%

Quantidade de títulos carregados	2010	2011	2012	Δ 12/11
Títulos de Viagem	21.036,8	21.863,4	22.365,8	2,3%
Títulos de Assinatura totais	1.203,2	1.293,9	1.314,2	1,6%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	623,6	629,1	572,0	-9,1%
	22.864	23.786	24.252	2,0%

Volume de Vendas por Canal	2010	2011	2012	Δ 12/11
MVAs rede MP	50,82%	49,64%	46,05%	-3,6 pp
Payshop + CTT	25,35%	26,03%	29,02%	3,0 pp
Lojas Andante	12,51%	13,10%	12,70%	-0,4 pp
CP Porto	6,56%	5,35%	4,31%	-1,0 pp
STCP	3,38%	2,74%	2,53%	-0,2 pp
MVAs rede CP	0,00%	1,09%	2,87%	1,8 pp
SIBS	1,14%	1,80%	2,17%	0,4 pp
Outros	0,24%	0,27%	0,34%	0,1 pp

Resultados (em SNC)	2010	2011	2012	2012
Operacionais	433,8	-618,8	-526,0	-15,0%
Financeiros	-153,5	-164,1	-199,3	21,5%
Líquidos	278,6	-788,1	-729,5	-7,4%
(Unidade: milhares €) EBITDA	1.215,2	181,0	346,2	91,3%

2. Factos relevantes em 2012

2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O ano de 2012 refletiu um decréscimo na procura global do sistema de Transportes Públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP), registando-se uma redução de 7,3% face ao ano anterior do número total de validações (incluindo de títulos próprios STCP e CP), para um total de 172,6 milhões.

No entanto, verificou-se uma subida de 4,8% das validações com títulos intermodais Andante, para um total de 109,7 milhões de validações.



O Andante representou cerca de 63,5% das utilizações de Transporte Público - uma subida de 7,3 p.p. face a 2011, confirmando ser a opção da maioria dos utilizadores de Transporte Público da AMP.

Validações Totais



O máximo absoluto mensal de validações ocorreu no mês de Outubro, com aproximadamente de 11 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 16 de Outubro de 2012, terça-feira, com aproximadamente 458 mil validações

2.2. Alterações da Rede Intermodal

Verificou-se uma expansão da rede intermodal, quer através da incorporação de novas linhas de operadores já aderentes ao sistema quer através da adesão de novos operadores rodoviários privados.

As adesões ocorridas em 2012 foram concretizadas nos termos previstos no Protocolo outorgado entre a AMTP, a ANTRON, a CP, a MP, a STCP e o TIP, a 21 de Setembro 2011, o qual define os critérios de adesão para alargamento do sistema intermodal.

- Incorporação de novas linhas de operadores já integrados
 - 1 janeiro 2012
 - Espírito Santo
 - ✓ 11 – Lavadores / Porto (via Rei Ramiro)
 - ✓ 12 – Lavadores / Porto (via Candal)
 - ✓ 13 – Lavadores / Liceu (Sto Ovídio)
 - ✓ 14 – Afurada / Porto (via Candal)
 - ✓ 15 – Paniceiro / Porto (via Coimbrões)
 - ✓ 16 – Paniceiro / Porto (via Rei Ramiro)
 - ✓ 17 – Chão Vermelho / Porto (via Coimbrões)
 - ✓ 22 – Paniceiro / Liceu (Sto Ovídio)
 - ✓ 23 – Paniceiro / Sto Ovídio (via Devesas)
 - ✓ 26 – Centro Histórico
 - ✓ 27 – Alumiara / Porto (via Afurada)
 - ✓ 28 – Paniceiro / Porto (via Lavadores)
 - ✓ 30 – Figueira do Mato / Devesas
 - ✓ 44 – Laborim / Porto
 - ✓ 60 – Lavadores / Porto (via Coimbrões)

A entrada das novas linhas do referido operador veio permitir um alargamento das zonas ativas no Sistema Intermodal Andante passando a incluir as zonas S7, S10 e S11.

- Adesão de novos operadores

- 1 janeiro 2012

- Empresa de Transportes Gondomarense (ETG)

- ✓ 1 – Porto (Campanhã) / Gramido
- ✓ 22 – Porto (Campanhã) / Lagoa
- ✓ 33 – Porto / Sobrado de Cima
- ✓ 34 – Porto / Terronhas*
- ✓ 35 – Codiceira / Quinta das Lousas
- ✓ 36 – Porto / Sobrado de Cima (via A3 e A4)
- ✓ 37 – Sobreira (Escolas) / Valongo (Eleclerc)*
- ✓ 41 – Bustelo / Porto (via Autoestrada e HSJ)*
- ✓ 46 – Gandra (Sobrado) / Porto (H. S. João)
- ✓ 81 – Baguim (EB 2/3) / Rio Tinto (Parque Nascente)
- ✓ 82 – Fânzeres (C. Saúde) / Souto (C. Saúde)
- ✓ 83 – Valbom / Valbom (Circulação)

* Tarifário Andante a partir de Póvoas

(Alteração na exploração das linhas STCP 1 e 22 passando para a ETG embora o serviço fosse já executado por este operador).

- 1 julho 2012

- Empresa de Transportes Gondomarense (ETG)

- ✓ 10 – Belói / Ervedosa
- ✓ 55 – Bolhão / Baguim
- ✓ 68 – H. S. João / Gondomar
- ✓ 69 – Bolhão / Seixo (via Costa)
- ✓ 70 – Bolhão / Ermesinde (Estação)

(Alteração na exploração das linhas STCP 10, 55, 68, 69 e 70 passando para a ETG embora o serviço fosse já executado por este operador).

- Auto Viação Pacense

- ✓ 64 – Valongo / Ribeiro (Alfena)

(Alteração na exploração da linha STCP 64 passando para a Auto Viação Pacense embora o serviço fosse já executado por este operador).

2.3. Alteração nas condições de atribuição dos títulos de assinatura

Nos termos das Portarias nº 34-A/2012 de 1 de Fevereiro e nº 36/2012 de 8 de Fevereiro da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência, foram alteradas as condições de atribuição das assinaturas 4_18, Sub23 e Social+.

Registou-se uma redução de 25 pp no desconto das assinaturas 4_18 e Sub23 para a generalidade dos estudantes (passando de 50% para 25%) mantendo-se inalterado o desconto da assinatura 4_18 apenas para os alunos abrangidos pelo escalão A no âmbito do regime da Ação Social Escolar (desconto de 50%).

A assinatura Social+ passa a consubstanciar-se em 2 escalões de bonificação, A e B, com desconto de 50% e 25% respetivamente.

São elegíveis para o escalão A da Assinatura Social+ os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) bem como os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

São abrangidos pelo escalão B os Reformados e Pensionistas cujo valor mensal do total de reformas, pensões e complementos de pensão auferidos seja igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS), os beneficiários do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego com montante mensal igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS bem como os indivíduos que integrem agregados familiares cujo rendimento médio mensal equivalente seja igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS, sendo o rendimento médio mensal equivalente apurado de acordo com a fórmula

$$\frac{\text{rendimento anual do agregado familiar}}{14 \times (\text{n}^\circ \text{ elementos passivos} + 0,25 \times \text{n}^\circ \text{ elementos dependentes})} \leq 1,2 \times \text{IAS}$$

Em 2012, o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS) foi de 419,22€.

A 1 de Setembro verificaram-se novas alterações nos escalões de desconto e nas condições de atribuição dos títulos de assinatura 4_18 e Sub23, nos termos previstos pela Portaria nº 268-A/2012 de 31 de Agosto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência.

Foi suprimido o desconto de 25% atribuído à generalidade dos estudantes 4_18 e Sub23, passando o desconto a ser concedido em função dos rendimentos do agregado familiar, através de dois níveis de subsidiação: 25% e 60%.

O título de assinatura 4_18 passou a englobar 3 escalões de desconto, a saber:

- 60% para os estudantes beneficiários do escalão A da Ação Social Escolar
- 25% para os estudantes beneficiários do escalão B da Ação Social Escolar
- 25% para os estudantes que integrem agregados familiares cujo rendimento médio mensal equivalente seja igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS sendo o primeiro apurado de acordo com a fórmula atrás indicada.

O título de assinatura Sub23 passou a englobar 2 escalões de descontos, a saber:

- 60% para os estudantes beneficiários da Ação Social no Ensino Superior
- 25% para os estudantes que integrem agregados familiares cujo rendimento médio mensal equivalente seja igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS sendo o primeiro apurado de acordo com a fórmula atrás indicada.

2.4. Alterações Tarifárias

No âmbito do despacho normativo nº 1/2012 de 27 de janeiro de 2012 e ao abrigo da Portaria 34-A/2012 de 1 de fevereiro de 2012, entrou em vigor a 1 de fevereiro um novo tarifário intermodal, de que resultou um aumento tarifário médio ponderado de 22,10%.

2.5. Alteração na Rede de Vendas

No 1º trimestre do ano procedeu-se à instalação e colocação em serviço de 29 Máquinas de Venda Automática (MVAs) (23 MVAs na área monomodal e 6 na área intermodal) em estações da CP Porto, completando um total de 88 MVAs neste operador.

Em Maio, procedeu-se à mudança de instalações da loja Andante de General Torres para o interior da estação da CP, permitindo um reforço de postos de venda e criando melhores condições de atendimento ao público.

No mês de Junho, a loja Andante do Aeroporto assumiu o papel de revendedor, fruto de contrato celebrado com o Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Em Julho, cessou a venda de títulos de transporte Andante no Funicular dos Guindais, na sequência da criação de um título próprio da Metro do Porto, S.A. denominado “Funi”, mantendo-se no entanto válida a utilização de títulos intermodais nesta infraestrutura.

Resultado da cessação do contrato com a Payshop, em Outubro de 2012 verificou-se o fim da venda de títulos intermodais nos balcões dos CTT.

A 30 de Novembro, a Loja da Mobilidade da Asprela iniciou a venda de títulos Andante através de operador STCP.

2.6. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante

No decorrer do exercício de 2012 foi desenvolvido e implementado um procedimento de gestão da manutenção, que inclui o registo de eventos manuais (avarias e/ou anomalias) dos equipamentos do sistema de bilhética. Estes eventos, que são reportados para a Linhandante, são analisados automaticamente, em conjunto com os eventos automáticos criados pelos equipamentos, gerando os pedidos de intervenção necessários para a intervenção das equipas de manutenção.

Procedeu-se à automatização do processo de importação da informação dos validadores instalados em operadores rodoviários, que não se encontram ligados ao sistema central, permitindo acelerar o processo de importação de dados de validações.

É de registar a criação de diversos relatórios que permitem analisar alguns indicadores, nomeadamente:

- Nível dos consumíveis e valores nas MVA's
- Atividade das Lojas Andante
- Identificação de possíveis fraudes
- Estado dos pedidos de intervenção.

Nos meses de janeiro e fevereiro concluiu-se a instalação dos equipamentos previstos para a designada 2ª fase da bilhética sem contacto na CP Porto. Foram instalados na área monomodal mais 23 MVAs e 42 Validadores.

Concluiu-se o levantamento, correção de dados e otimização da aplicação de registo de património no âmbito do projeto de "Caracterização do Sistema de Bilhética Intermodal". O referido projeto teve início em 2011, tendo as tarefas finais continuado em 2012 e ficado concluído em Maio de 2012.

A parte mais significativa da expansão do sistema intermodal ocorrida em 2012 foi conseguida através do uso de equipamentos próprios dos operadores rodoviários adaptados para o funcionamento com os títulos Andante. Assim, para serviço nas linhas integradas dos operadores ETG, Espírito Santo e Valpi estes utilizam equipamentos próprios em número de 80, 78 e 45 respetivamente.

3. O sistema intermodal Andante

3.1. Caracterização da rede

Zonas Intermodais	28
Operadores Aderentes	11
Linhas de Operadores Rodoviários	120
Estações de Operadores Ferroviários	100
Pontos de Venda	777

- 28 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
 - C1 a C11, C16, N2, N3, N10, N11, N14, N15, N16, N17, S1, S2, S3, S7, S8, S9, S10, S11
- 11 operadores aderentes ao sistema intermodal
 - CP + MP + STCP + Resende + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + OFR + Nogueira da Costa + Pacense
- 120 linhas de operadores rodoviários integradas
 - 73 STCP + 3 Resende + 6 Valpi (nº linhas divulgadas ao público) + 17 ETG + 16 Espírito Santo + 1 Maia Transportes + 2 OFR + 1 Nogueira da Costa + 1 Pacense
- 100 estações de operadores ferroviários integradas
 - (81 MP + 19 CP)
- 777 pontos de venda de títulos intermodais
 - 9 Lojas Andante
 - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Turismo da Maia, Brito Capelo, General Torres, Sr^a Hora, Póvoa de Varzim, Trofa
 - 238 Máquinas de Venda Automática
 - 200 MP + 38 CP (na área monomodal CP estão instaladas 50 máquinas de venda automática com possibilidade de venda intermodal pelo que a capacidade de venda instalada ascende a 88 MVAs)
 - 14 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes
 - 3 Postos STCP: Hospital de S. João, Bom Sucesso e Loja da Mobilidade da Asprela
 - 5 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho

- 6 Postos Operadores Privados: Valpi, Resende, Maia Transportes, ETG, Espírito Santo (2)
 - 513 Agentes Payshop
 - 3 Revendedores: Loja da Mobilidade (CMP) + Aeroporto (Turismo do Porto e Norte de Portugal) + Revendedor particular
 - Rede Multibanco em todo o país.
- 1973 Validadores instalados na área intermodal Andante (na área monomodal CP estão instalados 90 validadores pelo que a quantidade total de validadores em operação ascende a 2.063)

3.2. Caracterização dos títulos comercializados

3.2.1. Títulos Ocasionais

Válidos para um conjunto de anéis de zonas que se contam à volta da zona onde o cliente iniciou a viagem (o local onde fez a 1ª validação) e até ao limite de anéis de zonas adquirido (Z2 se forem 2 anéis, Z3 se forem 3 anéis, ...).

- **Título de Viagem**

Permite viajar durante um determinado período de tempo consoante o número de anéis de zonas adquirido. Nenhuma das validações efetuadas pelo Cliente dentro desse período de tempo origina o desconto de uma viagem. O importante é a hora e o local da 1ª validação.

O tempo permitido aumenta à medida que cresce o número de zonas adquiridas.

Títulos de Viagem	Validade Temporal
Z2	1h00m
Z3	1h00m
Z4	1h15m
Z5	1h30m
Z6	1h45m
Z7	2h00m
Z8	2h15m
Z9	2h30m
Z10	2h45m
Z11	3h00m
Z12	3h15m

- **Andante 24**

Permite viajar um número ilimitado de vezes no número de anéis de zonas adquirido durante 24 horas consecutivas após a 1ª validação.

- **Andante Tour**

Título de transporte vocacionado para o segmento de turistas.

Confere acesso a toda a rede intermodal Andante permitindo um número ilimitado de viagens durante 24 horas (Andante Tour 1) e 72 horas (Andante Tour 3) consecutivas após a primeira validação.

O cartão Andante Tour não é recarregável.

3.2.2. Títulos de Assinatura Mensal

Válidos num conjunto de zonas selecionadas pelo cliente, permitindo-lhe viajar um número ilimitado de vezes durante um mês (de calendário).

- **Normal**

Título destinado ao público em geral, não subsidiado.

- **Social**

- i. **25% desconto**

- **Social+**

- ✓ Reformados e Pensionistas

- ✓ Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego

- ✓ Famílias

- **Júnior / Estudante**

- ✓ Alunos até aos 25 anos de idade (inclusive) matriculados em cursos reconhecidos oficialmente de ensino primário, secundário, técnico-profissional, médio ou superior.

- **Sénior**

- ✓ Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.
 - **Reformado-Pensionista**
 - ✓ Pessoas pertencentes a agregados familiares cujo rendimento global não ultrapassa o salário mínimo nacional.
 - **4_18 (B)**
 - ✓ Beneficiários do Escalão “B” de Ação Social Escolar.
 - **4_18 (F) / Sub23 (F)**
 - ✓ Destina-se a estudantes das assinaturas 4_18 e Sub23 inseridos em famílias que cumpram o critério estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 3-A da portaria n.º272/2011, de 23 de Setembro, conforme alterada pela Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro (Passe Social +).
- ii. **50% desconto**
- **Social+ (A)**
 - ✓ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)
 - ✓ Beneficiários do Complemento Solidário de Idosos (CSI)
- iii. **60% desconto**
- **4_18 (A) / Sub23 (A)**
 - ✓ 4_18 (A): Beneficiários do escalão “A” de Ação Social Escolar
 - ✓ Sub23 (A): Beneficiários da Ação Social no Ensino Superior.

4. Atividade Comercial 2012

4.1. Validações

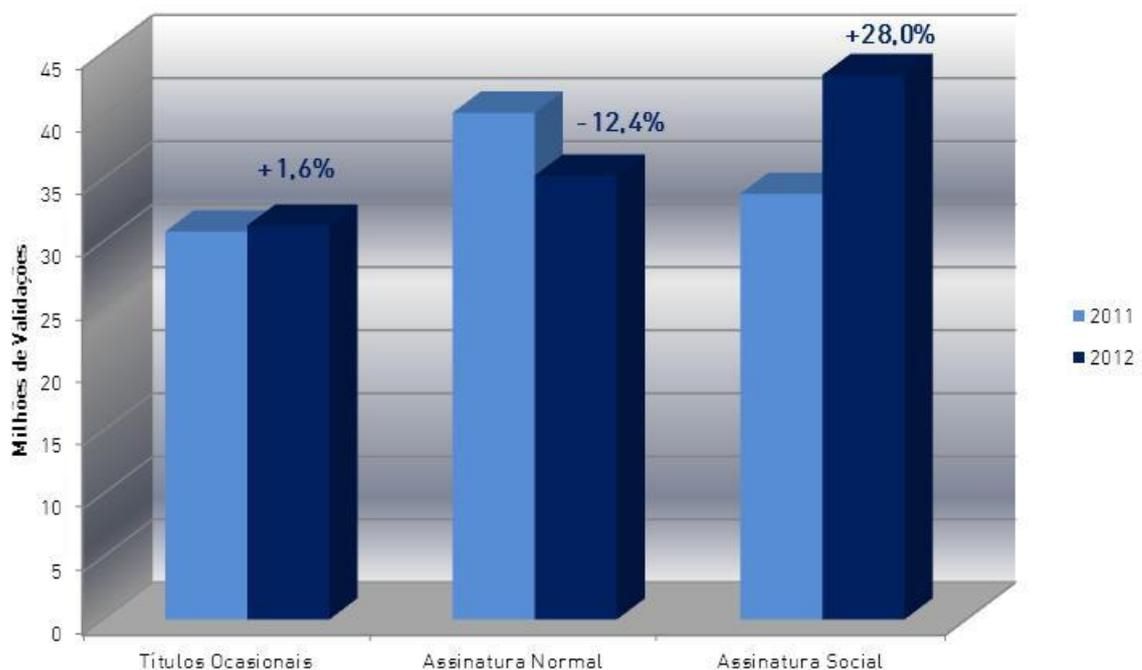
No exercício de 2012 registou-se um acréscimo global de 4,8% no volume de validações intermodais Andante, num total de 109,7 milhões de validações.

A distribuição da procura por tipologia de título revela que 71,5% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas (44,9% normais e 55,1% sociais), sendo 28,5% referentes a títulos ocasionais. A distribuição de validações por tipologia de título manteve-se muito semelhante à registada em 2011, registando-se no entanto uma inversão do peso relativo dos tipos de assinaturas face ao ano anterior em que as validações com assinaturas normais representavam 54,3% das validações com assinaturas.

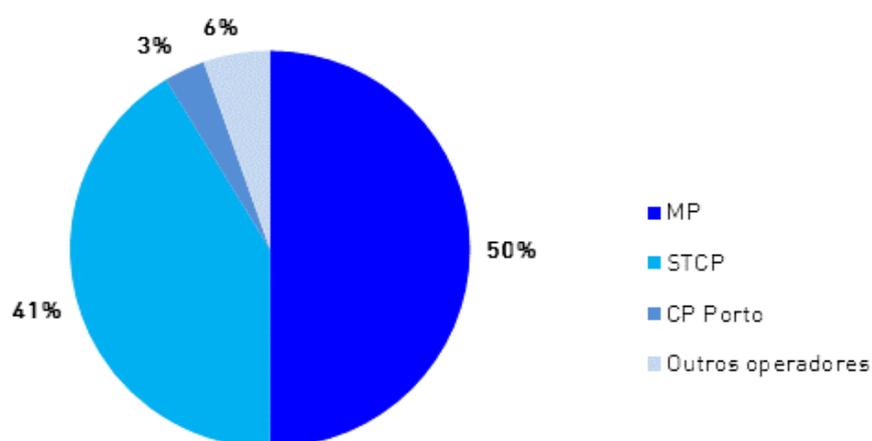
Os títulos de assinatura normal continuam a evidenciar-se como os de maior procura (35,2 milhões de validações) com cerca de 32,1% do total de validações no ano em análise. Esta percentagem sofreu um decréscimo de 6,3 p.p face ao exercício anterior devido à redistribuição da procura resultante do aparecimento de novos títulos de transporte de carácter social.

As validações com assinaturas de Tarifário Social na sua globalidade (Júnior, Estudante, Reformado/Pensionista, Sénior, Social+, 4_18 e Sub23) registam um crescimento de 28% face a 2011.

Validações Totais (Tarifário Andante)



A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2012 foi a seguinte:



Verificou-se em todos os operadores um aumento das validações intermodais face a 2011, com exceção do Metro do Porto (o único operador aderente que não comercializa títulos próprios monomodais), que registou uma perda de 2,4%.

Validações Intermodais	2010	2011	2012	Δ 11/12
MP*	54,05	56,23	54,85	-2,4%
STCP	39,14	43,16	45,28	4,9%
CP Porto	3,37	3,48	3,63	4,3%
Resende	1,03	1,31	1,50	14,5%
Espírito Santo	0,08	0,10	1,39	1290,0%
Maia Transportes	0,03	0,04	0,04	0,0%
Valpi	0,03	0,04	0,12	200,0%
OFR	-	0,31	1,00	222,6%
Nogueira da Costa	-	0,00	0,01	-
ETG	-	-	1,82	-
Pacense	-	-	0,04	-
	97,73	104,68	109,68	4,8%

Unidade: milhões de validações

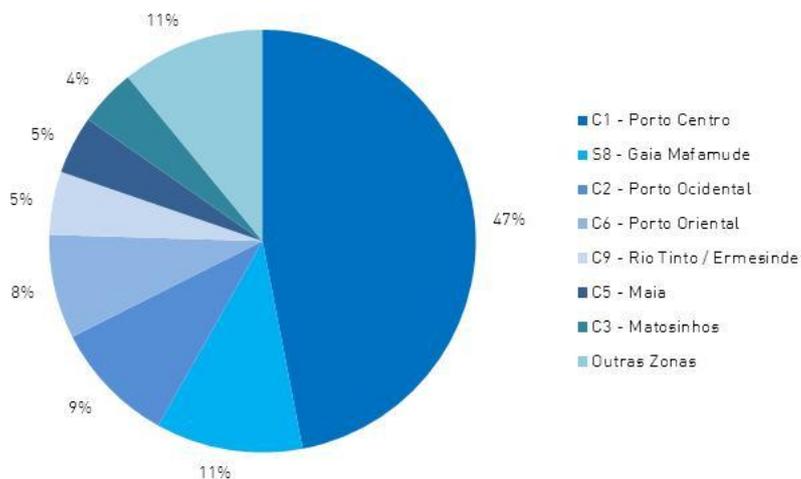
* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

Importa referir que o operador STCP, resultante do Despacho Normativo 1/2012 onde é anunciado o fim de diversos Passes Monomodais, foi incentivando os seus clientes ao longo do exercício de 2012, a mudarem para assinaturas intermodais. Admite-se assim que o aumento de 4,9% nas validações intermodais do operador STCP seja consequência das referidas diretivas da Tutela.

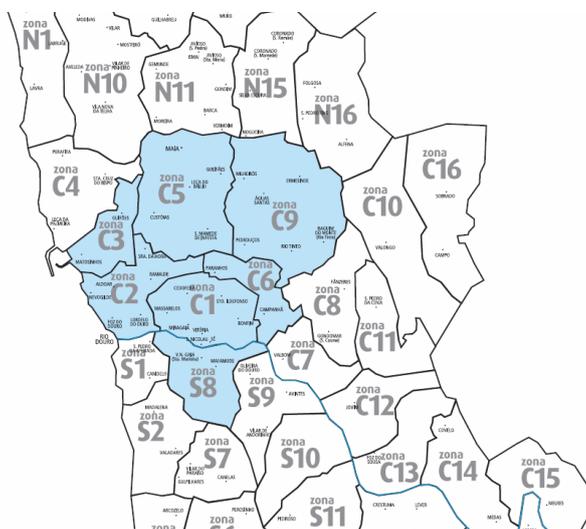
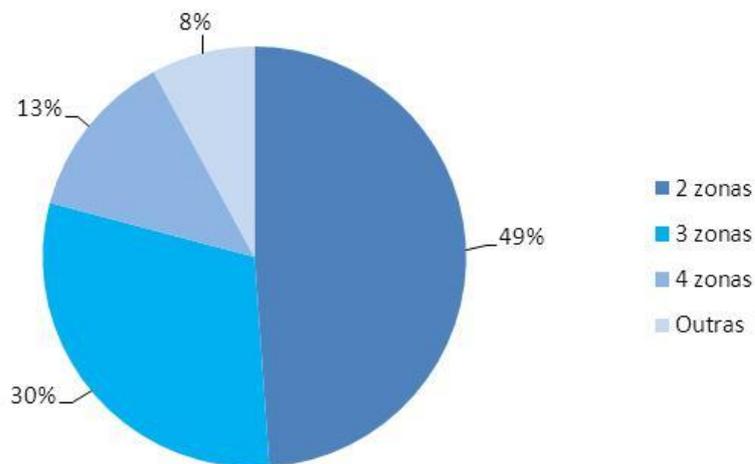
O forte acréscimo verificado nas validações dos operadores rodoviários privados (227,6%) resulta diretamente da integração de novos operadores e novas linhas no Sistema Intermodal Andante.

No que se refere à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 (Porto Centro) a que regista maior utilização com 47,0% das validações totais, seguindo-se as zonas S8 (Gaia Mafamude) e C2 (Porto Ocidental) com 11,1% e 9,4% respetivamente. Regista-se em 2012 uma ligeira perda da zona C3 (Matosinhos) face a 2011, passando a zona C9 (Rio Tinto/ Ermesinde) a assumir maior relevância (4,8%) facto que poderá ser explicado pela adesão do operador ETG com 17 linhas.

No seu conjunto, as zonas mais centrais C1, S8, C2, C6, C9, C5 e C3, continuam a concentrar 89,1% do total de validações do sistema intermodal Andante.



As deslocações de curta distância (clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas) constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 79,1% das validações efetuadas no ano em análise, mais 1,5 p.p. que o número apurado em 2011.



4.2. Quantidades Vendidas

Em 2012, foram vendidos cerca de 1,6 milhões de cartões com utilização intermodal, isto é, cartões Andante (em PVC e em papel) e cartões STCP onde é possível também carregar títulos Andante.

Os títulos de assinatura normal, que em 2010 ainda representavam a maioria do total de assinaturas (51,8%), continuam a ver o seu peso a cair de ano para ano, não ultrapassando uma quota de 43,6% em 2012.

Os carregamentos de assinaturas 4_18 e Sub23 diminuíram em 31,7% e 40,1% respetivamente, facto que poderá ser explicado pelas novas regras de acesso, já que este passou a estar condicionado aos rendimentos do agregado familiar. Ao invés, os carregamentos das restantes assinaturas não normais cresceram acentuadamente, especialmente das assinaturas Social+ (323,1%) e Estudantes /Júnior (126,3%).

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – registou um forte decréscimo de 50,3% face ao ano transato, facto que se justifica essencialmente pela diminuição da quantidade vendida de Tour 1, a bordo dos autocarros da STCP, bem como pela concorrência do título Andante 24, mais competitivo.

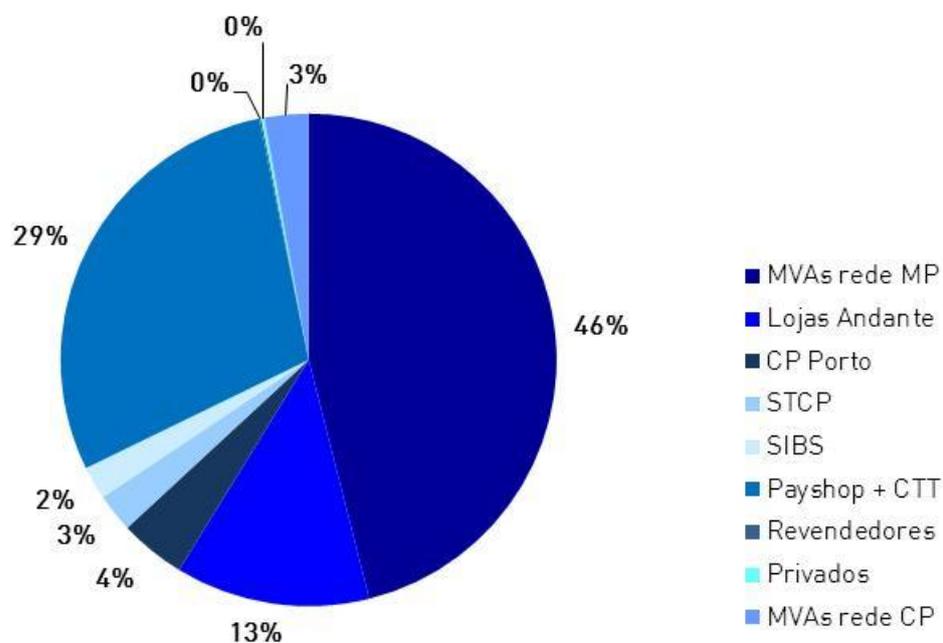
Foram vendidos em 2012 cerca de 43,7 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 25,2 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu, como habitualmente, nos meses de Verão, nomeadamente Julho e Agosto.

Relativamente aos tarifários regulados por acordo com o Ministério da Economia (englobando os títulos Estudante, Júnior, Sénior e Reformado/Pensionista), foram vendidos 283,4 mil títulos de assinatura tendo-se observado uma subida de aproximadamente 66,5% relativamente ao ano anterior.

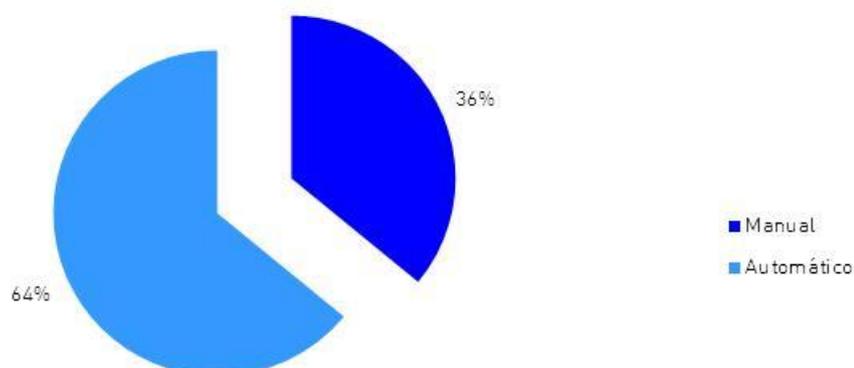
No que se refere ao tarifário Social+, foram carregados cerca de 165,2 mil títulos de assinatura, mais 323,1% que no ano anterior.

4.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu em 2012 a 70,2 milhões de euros, sendo 17,1% superior à de 2011. Parte significativa resulta de vendas em MVAs instaladas na rede MP (46,1%), destacando-se ainda as vendas na Payshop e CTT (29,0%) e lojas Andante (12,7%).



A análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante efetuados durante o ano de 2012 permite constatar que a grande maioria é feita nas Máquinas de Venda Automática e no Multibanco, tal como se pode observar no gráfico seguinte:



Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2012 (1.314 mil), as respetivas validações (78,4 milhões) e a receita correspondente (39,25 milhões de euros), não incluindo o produto da venda dos suportes, permitem constatar que os Clientes de Assinatura pagaram, em média, 0,50 euros por cada validação e efetuaram 59,67 validações em média por mês, correspondendo a uma receita mensal média de 29,87 euros (358 euros por ano, o que compara com 296 euros em 2011, um crescimento de 20,9%).

Os dados são no entanto distintos para as diferentes categorias de assinaturas.

As assinaturas normais representaram 572 mil carregamentos, 35,1 milhões de validações às quais corresponde uma receita de 20,4 milhões de euros, apresentando portanto uma receita média de 0,58 euros por cada validação e um número médio mensal de 61,51 validações, correspondendo a uma receita anual média de 428 euros em 2012 (mais 11,5% do que em 2011).

Já no caso das restantes assinaturas estes indicadores apresentam respetivamente os valores de 742 mil carregamentos, 43,2 milhões de validações, 18,8 milhões de euros de receita, 0,44 euros de receita média por validação, 58,25 validações por mês em média, correspondendo a uma receita média de 304 por ano, mais 42,6% do que em 2011.

No que se refere aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados durante o ano de 2012 (22,5 milhões), das respetivas validações (31,3 milhões) e da receita correspondente (29,8 milhões de euros) conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 0,95 euros por cada validação e efetuaram 1,39 validações em média por mês.

4.4. Comunicação com o Cliente

No exercício de 2012 manteve-se a indefinição do papel do TIP no panorama da mobilidade sustentável na AMP face à entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP), no último trimestre de 2010.

Atenta esta condicionante, o TIP assumiu deliberadamente manter o indispensável na sua comunicação com o Cliente, nomeadamente informação sobre a oferta tarifária, títulos de transporte e rede intermodal Andante.

Temas fulcrais em matéria de informação ao público como zonamento e cartografia não avançaram como previsto quer pela condicionante referida quer pela conjuntura económica adversa vivida pelo país com forte impacto nas empresas do sector dos transportes.

Informação nova oferta tarifária Social+

Fruto das diversas alterações das condições de atribuição dos títulos de assinatura Social, foi elaborado um guia explicativo para distribuição ao público contendo todas as informações necessárias, nomeadamente, a quem se destina e qual a documentação necessária.



Atualização da informação para turistas

Para um serviço mais eficiente aos turistas da Área Metropolitana do Porto foi reformulada a informação constante no folheto de informação ao público.

Ainda no mesmo âmbito, importa referir a colaboração do TIP com a Câmara Municipal do Porto na atualização do Guia de Transportes, peça amplamente requisitada pelos turistas.



Integração de operadores privados na rede intermodal Andante

Dando continuidade à integração de novas linhas e de novos operadores no sistema intermodal Andante, foi produzida e divulgada informação generalizada relativamente aos percursos, enfatizando as ligações com a restante rede intermodal.



Renovação de Lojas

Deu-se continuidade ao projeto iniciado em 2011 de melhoria das condições das Lojas Andante, tendo ficado concluída a renovação da Loja Andante da Trindade. A extensão do projeto à restante rede de vendas foi suspensa aguardando por condições orçamentais menos adversas.



Procedeu-se em 2012 à mudança de instalações da loja Andante de General Torres para um novo espaço no interior da estação da CP, dotado de mais postos de venda e oferecendo melhores condições aos clientes

Rede de Vendas

A Rede de Vendas manteve a sua qualidade no atendimento ao público, moldando-se à procura efetiva, derivada das múltiplas alterações do tarifário, impostas pela Tutela.

A criação de novos escalões nas assinaturas 4_18 e Sub23 (Portaria n.º268-A/2012 de 31 de Agosto) e o aumento do tarifário Intermodal nesta mesma data, motivaram uma Campanha de Reforço da Rede de Vendas, que decorreu durante todo o mês de Setembro e parte de Outubro. Registou-se uma elevada afluência, devido às novas

regras impostas pela Tutela, inicialmente pelos mais jovens que pretendiam renovar o 4_18 e nos primeiros dias de Outubro pelos universitários que pretendiam renovar o Sub23. Os Clientes que já tinham efetuado a renovação do perfil 4_18 e Sub23, disponível a partir de 1 de Julho, foram igualmente obrigados a entregar novos documentos ou optar por outro tarifário, de acordo com as novas regras divulgadas. Todas as lojas estiveram reforçadas com o maior número de postos possível e com horário alargado, sendo que algumas encerraram perto das 23h.

Com a decisão da Tutela de extinguir o Tarifário Monomodal STCP a partir de 31 de Dezembro, foi implementada Campanha de Reforço na Rede de Vendas a partir de Novembro. Entretanto, a Tutela emitiu novo Despacho normativo (n.º24-B/2012), mantendo a assinatura Rede Geral STCP. Nesta ótica deu-se início à comercialização do Andante na Loja da Mobilidade do HSJ, pelo operador STCP.

Call Centre Andante

Registou-se um aumento no número de contactos de clientes através da Linhandante, tendo esta assumido novas tarefas, anteriormente asseguradas por uma empresa externa, em prol de um atendimento cada vez mais eficiente.

No decorrer do ano de 2012, a Linhandante rececionou aproximadamente 42 mil chamadas, mantendo assim o seu elevado nível de apoio informativo aos Clientes do Sistema Intermodal Andante. Face ao ano transato, registou-se um aumento de 2% no número de contactos.

A Linhandante respondeu ainda a cerca de 1.060 pedidos de informação rececionados por e-mail tendo contactado perto de 1.100 clientes para esclarecimento de reclamações apresentadas.

Foram registados mais de 3000 cartões Andante Gold perdidos, dos quais foram arquivados mais de 2000 por já existir nova personalização. Foram ainda contactados mais de 400 Clientes para devolução de cartões Andante Gold perdidos.

Foram rececionadas e reencaminhadas para a Metro do Porto mais de 2000 Folhetos Sugestões / Reclamações Andante, cujo conteúdo se reporta à sua esfera de atuação.

A Linhandante assumiu igualmente o registo das reclamações das avarias e situações problemáticas em todo o sistema, incluindo MVAs, validadores nas estações de metro e CP, através da nova ferramenta “Aplicação de Evento Manuais”. A assunção das

referidas funções por parte da Linhandante permitiu ao TIP prescindir de um fornecedor contribuindo para uma redução considerável de custos nesta matéria.

Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2012 (3.018) registou um aumento de 9,15% face a 2011 (2.742). Do total de reclamações registadas, 73% referem-se a questões relacionadas com as MVAs.

No ano em análise, a taxa de reclamações relativa a valores retidos nas MVA face ao número total de transações efetuadas por estes equipamentos é muito reduzida, conforme se constata pelos valores dos rácios a seguir detalhados:

- Taxa de reclamações TIP = N° reclamações / N° transações intermodais = 0,017%
- Taxa de reclamações MVA* = N° reclamações MVA / N° transações MVA = 0,020%.

*Considerando apenas as MVA's sitas nas estações MP e Guindais, cuja gestão cabe ao TIP.

4.4.1. Outras Áreas de Atividade

Andante Pro

Com o intuito de manter a promoção da intermodalidade junto do universo empresarial, foram renovados os acordos com as empresas aderentes no sentido de conceder descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual Andante Pro para todo o seu efetivo.

Parcerias para a promoção da mobilidade

No âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, o TIP associou-se à AdePORTO – Agência de Energia do Porto, manifestando o seu apoio através da atribuição de 300 títulos de transporte para a iniciativa Mobipaper realizada a 22 de Setembro.

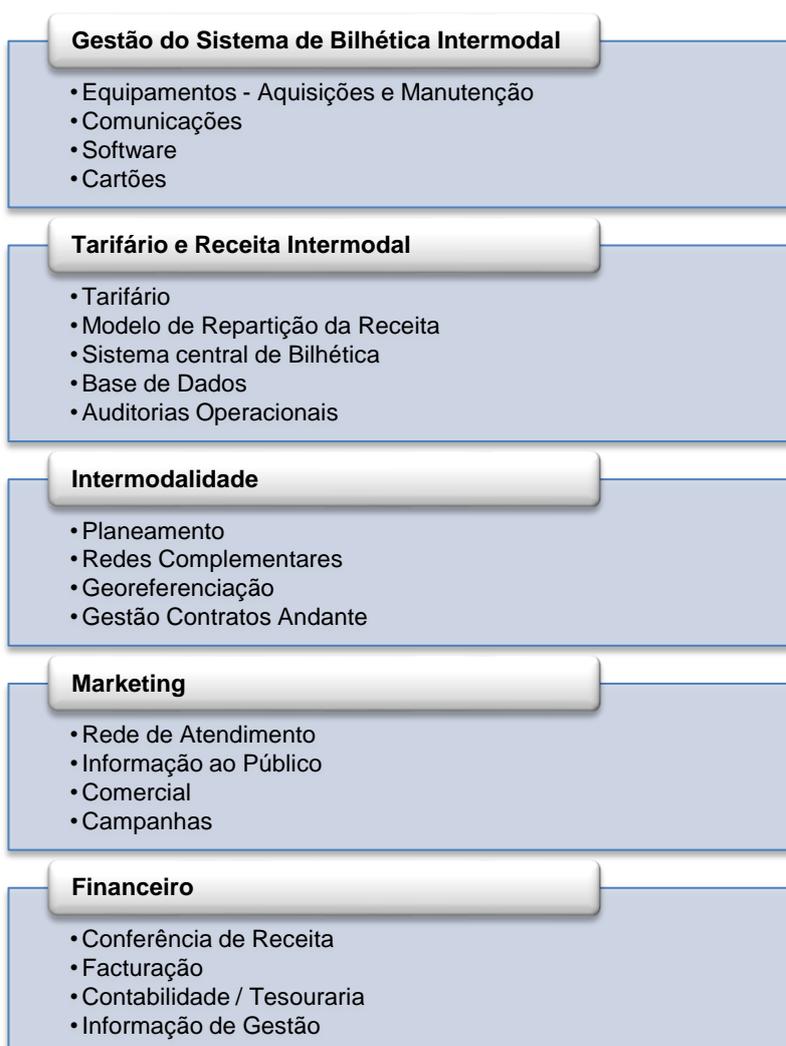
Esta iniciativa teve por objectivo a promoção da utilização do transporte público e os

modos leves de transporte (andar a pé, bicicleta, etc.) e traduziu-se na realização de 8 percursos intermunicipais alternativos nos concelhos associados da AdEPorto, nomeadamente, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

5. O TIP e os seus colaboradores

5.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de Dezembro de 2010.



5.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de Dezembro de 2002, o TIP não dispõe de Quadro de Pessoal próprio sendo a disponibilização de Recursos Humanos, bem como do Administrador Delegado responsável pela gestão corrente, assegurada pelas Agrupadas.

Colaboradores	2010	2011	2012
MP	7	7	7
STCP	2	3	3
CP	1	2	2
	10	12	12

Nota: Colaboradores da CP em part-time

6. O TIP e os seus acionistas

6.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de Dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos Metro do Porto, SA (MP), Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) e Comboios de Portugal, E.P.E. (CP).

Não se registaram alterações no capital social da empresa, mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Comboios de Portugal, EPE	33,3 %
Metro do Porto, S.A.	33,3 %
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	33,3 %

6.2. Composição Órgãos Sociais

A eleição dos atuais Órgãos Sociais do TIP ocorreu em reunião de Assembleia Geral que teve lugar em 28/05/2010, para o triénio 2010/2012, tendo o mandato terminado em final de dezembro de 2012.

Em maio de 2012 o representante da agrupada Metro do Porto, S.A., Senhor Dr. António Ricardo de Oliveira Fonseca, e a Vogal, Senhora Dra. Maria Gorete Gonçalves Fernandes Rato, renunciaram aos cargos para os quais haviam sido eleitos em assembleia geral.

No dia 30 de junho de 2012, a Presidente do ACE, em representação da agrupada STCP – Serviços de Transportes Colectivos do Porto, S.A., Senhora Dra. Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes, apresentou igualmente renúncia ao cargo.

Por cartas datadas de 25 de julho de 2012, as associadas Metro do Porto, S.A. e STCP, S.A. comunicaram a nomeação, por cooptação, dos seus representantes, para integrar o Conselho de Administração deste ACE, aprovadas através de deliberações dos respetivos Conselhos de Administração, que tiveram lugar em 20 de julho de 2012 e 25 de julho de 2012.

Importa igualmente referir que, no que respeita à mesa de assembleia geral, o vice-presidente da mesa, Senhor Prof. Doutor Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa, não se encontra em funções na agrupada STCP, cargo exercido por inerência e enquanto Administrador que foi daquela agrupada.

Por carta datada de 20 de fevereiro de 2013 a Senhora Eng. Maria Helena Meira da Silva e Castro apresentou renúncia ao cargo para o qual havia sido eleita, produzindo os seus efeitos no final do mês seguinte àquele em que foi comunicada.

Assim, atualmente a composição dos órgãos sociais é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos
Vice-Presidente: Professor Doutor Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa
Secretário: Dr. Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. João Velez Carvalho [representante da agrupada Metro do Porto, SA]
Vogais: Eng^a. Maria Helena Meira da Silva e Castro [Administradora-Delegada]
Dr. António José Lopes [representante da agrupada Metro do Porto, SA]
Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias [representante da agrupada CP- Comboios de Portugal, EPE]
Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira [representante da agrupada STCP, SA]

FISCAL ÚNICO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas: António Magalhães & Carlos Santos, SROC nº53, representada por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº177.

Funções e Responsabilidades

Assembleia Geral

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no Artigo 8º ponto 8 dos seus Estatutos:

“São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei e neste contrato, as matérias seguintes:

- a) Alteração dos Estatutos;*
- b) Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;*
- c) Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;*
- d) Exclusão de qualquer membro;*
- e) Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;*
- f) Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.”*

Conselho de Administração

Nos termos do definido no Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP *“compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”*

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 5, da Ata nº 66, de 10 de Julho 2010.

Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, *“o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas.”*



6.3. Modelo de Governo do TIP

Em respeito pela legislação aplicável, nomeadamente a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que define os Princípios de Bom Governo (PBG) do Sector Empresarial do Estado, e o disposto no artigo 13-A do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto, encontra-se sumariada neste capítulo a informação mais relevante respeitante ao governo societário do TIP durante o exercício de 2012.

6.3.1. Missão, Visão e Política

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE – posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na Área Metropolitana do Porto (AMP) fomentando o crescimento integrado do transporte público de passageiros através do uso de tecnologias inovadoras.

A sua missão assenta nos seguintes pilares:

- Gestão do sistema de bilhética intermodal para a AMP.
- Promoção do aumento da mobilidade dos seus habitantes através da:
 - transferência modal do Transporte Individual;
 - conceção e proposta de uma estrutura tarifária única;
 - gestão rigorosa da receita intermodal;
 - integração de operadores privados no sistema, numa lógica de gestão integrada dos subsistemas, promovendo a racionalidade na utilização dos meios disponíveis;
 - criação e gestão de um sistema de informação intermodal para a AMP;
 - gestão de uma rede integrada de pontos de atendimento na AMP.

As Orientações Estratégicas para o mandato 2010 – 2013 encontram-se definidas, tendo em conta a entrada em funções da AMTP e condicionadas à evolução desta no que é aplicável, destacando-se:

1. Confirmação do modelo de negócio do TIP e respetivo modelo de gestão;

2. Adequação do modelo de negócio face ao aparecimento da AMTP;
3. Afirmação do sistema de bilhética e garantia da autonomia na sua gestão e manutenção;
4. Credibilização do sistema tarifário intermodal junto de todas as partes interessadas;
5. Criar um sistema de informação intermodal que apoie os cidadãos da AMP nas suas decisões de mobilidade e potencie o crescimento da quota de Transporte Público (TP) em projeto a desenvolver em conjunto com as agrupadas;
6. Reanálise da estrutura de zonamento do tarifário ANDANTE, de forma a torná-lo mais perceptível para os utilizadores do sistema de transporte intermodal;
7. Proceder aos estudos necessários de redes complementares que garantam a cobertura geográfica de toda as zonas Andante;
8. Negociação de integração de grupos de linhas de operadores privados em articulação com a ANTROP e agrupadas e respetiva contratualização;
9. Revisão pelas agrupadas da especificação técnica e implementação do novo modelo de repartição da receita com base nos passageiros km transportados.

Ao longo do exercício de 2012, o Conselho de Administração reuniu periódica e regularmente havendo a destacar as seguintes decisões:

Nº da Ata	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Ata nº 82 ponto 2.1	Lojas Andante	Prorrogação do contrato celebrado com a Randstad para prestação de serviços de gestão da rede de vendas, em virtude do atraso verificado no processo de concurso público em curso, que se espera esteja concluído até final de março de 2012.	16-01-2012
Ata nº 82 ponto 5	Antecipação da disponibilização de receita intermodal aos operadores	Decisão de antecipação da transferência da receita repartida para cada operador, como forma de encurtar o prazo atual de disponibilização da receita, que leva a um desfasamento de cerca de 60 dias, entre a sua geração e a sua disponibilização, da qual o TIP não tira qualquer benefício. A determinação do valor médio da receita repartida a distribuir por cada operador, basear-se-á no histórico dos últimos 6 meses.	16-01-2012
Ata nº 82 ponto 8.5	Orçamento TIP 2012	Atenta a conjuntura atual, quer pela indefinição quanto ao futuro deste ACE quer pela próxima nomeação de novos Conselhos de Administração das agrupadas MP e STCP, entende o Conselho aprovar os Orçamentos de Investimento e de Exploração do TIP para 2012 nos termos propostos, tendo por base os pressupostos que lhe estão subjacentes.	16-01-2012
Ata nº 82 ponto 9.3	Aquisição de SAM para a frota de autocarros dos operadores privados	O Conselho tomou conhecimento da aquisição de 60 SAM que se irá efetuar para suprir a necessidade manifestada pelos operadores privados recentemente integrados no SIA. Deliberou que, nos termos do Manual Técnico aprovado e para os operadores com sistema de bilhética próprio, o TIP suportará o custo dos SAM necessários à operação integrada no SIA, com acréscimo de 20%. As quantidades pretendidas pelos operadores acima destes valores deverão ser suportadas por eles na base de uma renda a ser cobrada nos 3 primeiros anos de fornecimento. A definição do montante de SAM necessários à operação, incluindo a margem de 20%, deverá ser definida pela AMTP e transmitida ao TIP.	16-01-2012
Ata nº 82 ponto 11	Exposição ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações	O Conselho aprovou o teor do texto apresentado pela Senhora Presidente, relativo à exposição a enviar à Tutela intitulada " TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE – que futuro? ". Esta exposição, será enviada ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações com conhecimento ao Senhor Presidente da AMTP.	16-01-2011
Ata nº 83 ponto 2.1	Aumento Tarifário de fevereiro de 2012	O Conselho de Administração registou a validação pela entidade reguladora, AMTP, em anexo, da proposta para o novo tarifário Andante apresentada pelo TIP em 25 de janeiro de 2012, e que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2012, tendo aprovado o mesmo.	20-02-2011
Ata nº 83 ponto 2.2	Adjudicação "Adaptação inerente à atualização de tarifário de fevereiro de 2012"	O Conselho ratificou a adjudicação das adaptações ao software de gestão do sistema de bilhética efetuada pelo fornecedor que o desenvolveu, Novabase. Esta adjudicação urgente decorreu da necessidade de dar cumprimento, em tempo muito curto, ao Despacho Normativo nº 1/2012, de 27 de janeiro, dos Ministros das Finanças e da Economia e Emprego, que prevê nomeadamente a criação de novas tarifas sociais – "Social + Escalão A" e "4_18 Escalão A" e a alteração de descontos nas já existentes, a serem implementadas a 1 de fevereiro pp..	20-02-2011
Ata nº 83 ponto 2.3	Manutenção de hardware	O Conselho ratificou a adjudicação dos contratos de assistência de hardware do PCGBi do TIP, dispositivo de back-up e servidor da SIBS, à proposta economicamente mais vantajosa, num total de 3 propostas, e com um período de cobertura mais alargado, apresentada pela Novabase.	20-02-2011
Ata nº 83 ponto 4.1	Relatório e Contas do TIP 2011	O Conselho de Administração aprovou o documento "Relatório e Contas do TIP 2011", anexo a esta ata, que passou a incorporar o capítulo relativo aos Princípios de Bom Governo, dando assim cumprimento ao normativo em vigor, nomeadamente a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 e a recomendação da DGTF datada de 28 de Novembro de 2011. Foi igualmente deliberado propor a transferência integral do resultado líquido do exercício, no valor de menos 788.061 euros, para a conta de resultados transitados.	20-02-2011
Ata nº 83 ponto 6	Auditoria ao Fundo Maneio Especial relativo às Reclamações 2005/2009	O Conselho tomou conhecimento da auditoria interna efetuada relativa ao fundo de maneio especial criado em 2009 para fazer face ao reembolso das reclamações recebidas no período de 2005 a 2009, relativas a valores retidos nas MVA. Atenta a não materialidade do desvio encontrado, 26,04 euros, deliberou o Conselho autorizar o encerramento e regularização deste fundo de maneio no valor de 10.367,14 euros. Relativamente à problemática deste tipo de reclamações concluiu-se que, embora tendo uma expressão reduzidíssima no total das transações efectuadas nas MVA, representando 0,015% destas, cria ao cliente uma má imagem e insegurança na venda automática assegurada por estes equipamentos. A este facto acresce o alargado tempo de resposta aos clientes, que o Conselho entende ser excessivo. Assim, deve o TIP tomar as medidas necessárias que permitam o encurtamento drástico dos tempos de resposta a este tipo de reclamações.	20-02-2011

Nº da Ata	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Ata nº 83 ponto 7	Câmara Municipal de V. N. Gaia - Projecto Elena	O Conselho tomou conhecimento da solicitação formulada por esta edilidade, tendo deliberado comunicar que não se entende ser oportuna a participação do TIP no grupo de trabalho a criar em sede do projecto Elena, face à falta de clarificação das funções a assegurar de futuro pela AMTP no âmbito das atuais competências do TIP. Por outro lado, as agrupadas irão integrar o referido grupo, suprimindo diretamente a participação solicitada ao TIP.	20-02-2011
Ata nº 83 ponto 8	Semana Europeia da Mobilidade 2012	Analisado o pedido da Adeporto de apoio à Semana Europeia da Mobilidade, a ocorrer em setembro deste ano, deliberou o Conselho apoiar esta iniciativa em moldes idênticos aos do ano anterior, nomeadamente, a divulgação da iniciativa em meios de comunicação TIP e a disponibilização a título gratuito de títulos euro 1 dia para uso na iniciativa mobipaper intermunicipal nos 7 concelhos servidos pelo Andante, limitando a sua quantidade a 50 por concelho.	20-02-2011
Ata nº 84 ponto 4.2	Adesão à ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas	Atenta a NT 23/12 e considerando a não existência de custos para o TIP, o Conselho deliberou formalizar a adesão à ANCP	19-03-2011
Ata nº 84 ponto 9	Cargo de Administradora Delegada	O Conselho de Administração do TIP tomou conhecimento do pedido de renúncia ao cargo apresentado por razões pessoais pela Administradora Delegada, tendo decidido aceitar o mesmo a partir da presente data, registando o seu apreço e o agradecimento pela ação desenvolvida e lamentando a impossibilidade de conclusão do mandato no exercício do cargo.	19-03-2011
Ata nº 84 ponto 10	Cooptação para o preenchimento do lugar de administradora delegada	Sob proposta da agrupada STCP o Conselho aprovou, por unanimidade a cooptação da Senhora Eng. Helena Meira para preenchimento do cargo de Administradora Delegada, até à conclusão do atual mandato dos órgãos sociais do TIP.	19-03-2011
Ata nº 85 ponto 9.1	Concurso público para aquisição de monitores para MVAs	O Conselho aprovou a proposta da Administradora Delegada para adiamento do lançamento do concurso público para aquisição de MVAs, de forma a permitir a realização interna de um teste de verificação da possibilidade de uma abordagem mais económica para a substituição dos monitores.	16-04-2012
Ata nº 85 ponto 9.2	Upgrade sistema central	O Conselho de Administração deliberou rever a decisão de 20 de fevereiro de 2012, ata 83.12, ponto 5.4.2, cancelando a consulta ali indicada e alterando o procedimento de resolução dos problemas de redimensionamento do servidor, não com base no crescimento de hardware mas com base na reorganização da base de dados e passagem de dados anteriores a um ano e meio para arquivo.	16-04-2012
Ata nº 85 ponto 9.3	Contrato Beware	O Conselho de Administração acordou numa abordagem, a efetuar internamente, sobre a identificação dos eventos registados e geridos ao abrigo do atual contrato com a Beware de forma a permitir identificar a possibilidade de criação de automatismos de alarmes que permitam internalizar esta prestação de serviços.	16-04-2012
Ata nº 85 ponto 9.5	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do TIP	O Conselho de Administração aprovou o relatório de execução no ano de 2011 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do TIP.	16-04-2012
Ata nº 86 ponto 4	Posto de Venda do Aeroporto	O Conselho de Administração aprovou a realização de contrato de revendedor com o Turismo Porto e Norte de Portugal (TPNP) para o posto de venda no Aeroporto.	21-05-2012
Ata nº 86 ponto 7.5	Upgrade do sistema central	O Conselho de Administração aprovou a proposta da Novabase para o arquivo de dados, na qual se prevê um consumo de 40 horas.	21-05-2012
Ata nº 86 ponto 7.7	Loja Andante em General Torres	Abertura da loja Andante de General Torres dentro do prazo estabelecido, que contempla o reforço de mais um posto para assegurar já o final de mês de Maio.	21-05-2012
Ata nº 87 ponto 2	Compensação dos títulos 4-18 e sub23	O Conselho de Administração tomou conhecimento dos pedidos de apoio apresentados por diversos Operadores no sentido do esclarecimento das diferenças da comparticipação do Estado prevista para este tarifário social face à comparticipação efetivamente recebida. A Sra. Presidente do Conselho de Administração, Dra. Fernanda Meneses informou estar a preparar uma carta expondo a situação para envio à Tutela, com conhecimento à DGTF, IMTT, AMTP e ANTROP.	18-06-2012
Ata nº 87 ponto 4	Contrato de cedência de equipamentos à Pacense	O Conselho de Administração tomou conhecimento do pedido de adesão ao Sistema Intermodal Andante por parte da empresa Auto Viação Pacense, Lda.. Após informação formal por parte da AMTP sobre esta situação deverão ser atualizados os respetivos contratos.	18-06-2012

Nº da Ata	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Ata nº 87 ponto 7	Apresentação de renúncia ao cargo de Administrador	O Conselho de Administração do TIP tomou conhecimento da apresentação de renúncia apresentados pela Sra. Dra. Maria Gorete Rato e pelo Sr. Dr. Ricardo Fonseca.	18-06-2012
Ata nº 88 ponto 2	Contrato de Adesão ao Sistema Intermodal Andante	O Conselho aprovou o Aditamento ao Contrato de Adesão ao Sistema Intermodal Andante e o Contrato de Cedência de Equipamento à ETG e Pacense	28-06-2012
Ata nº 88 ponto 7	Aquisição de monitores para MVA	O Conselho aprovou a proposta da Administradora Delegada para a substituição de monitores avariados em 30 MVA a que corresponde um custo de obra total de 18.450€.	28-06-2012
Ata nº 88 ponto 8	Prorrogação do contrato com a Payshop	O Conselho aprovou a prorrogação do contrato de prestação de serviços com a Payshop até 31 de Outubro de 2012, garantindo desta forma a prestação de serviços aos clientes até entrada em vigor do novo contrato resultante do concurso público efetuado.	28-06-2012
Ata nº 89 ponto 1	Cargos de vogais do Conselho de Administração	O Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia aos cargos de Vogais do Conselho de Administração do Senhor Dr. António Ricardo de Oliveira Fonseca e da Senhora Dra. Maria Gorete Gonçalves Fernandes Rato, conforme cartas datadas de 29 e 30 de maio de 2012, que representavam a agrupada Metro do Porto, S.A.. Deliberou o Conselho proceder à substituição daqueles dois membros, e aprovou, por cooptação, os Senhores Dr. João Velez Carvalho e Dr. António José Lopes, face à indicação dada pela agrupada Metro do Porto, S.A.. Deliberaram ainda dar conhecimento à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral das nomeações por cooptação, que foram feitas por este Conselho, a fim desta incluir na agenda da próxima reunião da Assembleia Geral a respetiva ratificação, nos termos do disposto no artigo 393.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e artigo 10.º, n.º 7 dos Estatutos do ACE	26-07-2012
Ata nº 89 ponto 2	Cargo de vogal do Conselho de Administração	O Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Senhora Dra. Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes conforme carta datada de 30 de junho de 2012. Deliberou o Conselho proceder à substituição e aprovou, por cooptação, o Senhor Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira, face à indicação dada pela agrupada STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., na carta de 25 de julho de 2012 de que fica anexa cópia a esta ata. Deliberaram ainda dar conhecimento à Presidente da Mesa da Assembleia Geral da nomeação por cooptação, que foi feita por este Conselho, a fim desta incluir na agenda da próxima reunião da Assembleia Geral a respetiva ratificação, nos termos do disposto no artigo 393.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e artigo 10.º, n.º 7 dos Estatutos do ACE.	26-07-2012
Ata nº 89 ponto 3	Presidência do Conselho de Administração	Uma vez que o membro do Conselho de Administração, nomeado pela agrupada STCP – Serviços de Transportes Colectivos do Porto, S.A., ora substituído, exercia as funções de Presidente do Conselho de Administração, foi deliberado, por unanimidade, que o Senhor Dr. João Velez Carvalho, passaria a exercer as funções de Presidente até à Assembleia Geral. Mais deliberou que o exercício dessas funções se manteria até ao final do mandato em curso dos atuais órgãos sociais que ocorrerá em 31 de dezembro de 2012, findo o qual manter-se-á a regra da rotatividade no cargo da presidência entre as três agrupadas.	26-07-2012
Ata nº 90 ponto 1	Concurso Público para Rede de Vendas de Produtos Geridos pelo TIP	O Conselho de Administração aprovou a proposta de adjudicação do objecto do concurso ao Concorrente Payshop (Portugal) S.A. relativa ao Concurso Público para Rede de Vendas de Produtos Geridos pelo TIP, promovido pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto.	11-09-2012
Ata nº 90 ponto 2	Auditoria do Tribunal de Contas Europeu	O Conselho de Administração tomou conhecimento dos trabalhos relativos à auditoria levada a cabo pelo Tribunal de Contas Europeu.	11-09-2012

6.3.2. Regulamentos Internos e Externos

- Sendo o TIP – Transportes Intermodais do Porto um agrupamento complementar de empresas (ACE), rege-se pelos seus estatutos e pelas normas gerais de enquadramento da atividade dos ACE: Lei n.º 4/73, de 04 de Junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/81, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de Março e Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto e ainda pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, de 20 de Dezembro de 2002.
- Como empresa gestora do sistema de bilhética e tarifário intermodal na Área Metropolitana do Porto, está sujeita, em particular, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:
 - Decreto-Lei n.º 8/93 de 11 de Janeiro;
 - Protocolos do Tarifário Social celebrados com o Governo central.
- Adicionalmente a sua atividade enquadra-se também no âmbito de:
 - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril;
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 01 de Fevereiro de 2007 – Princípios do Bom Governo das empresas do setor empresarial do Estado.
- Em tudo o mais, o TIP obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor que lhe seja aplicável, bem como à observância dos normativos em vigor nas empresas que constituem este ACE.

6.3.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Entidade	Compras / Aquisição de Serviços	Vendas / Prestações de Serviços
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	2.782.997,07	442.496,84
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	42.279.376,86	23.850.621,98
Metro do Porto, SA	35.039.012,70	1.115.984,90
Total	80.101.386,63	25.409.103,72
Valores em euros e com IVA excluído		

6.3.4. Informação sobre outras transações

1) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

2) Universo de transações fora das condições de mercado

Excecionalmente, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, nomeadamente nas situações de ausência de condições concorrenciais como as de direitos de propriedade intelectual ou industrial, poderá haver recurso ao ajuste direto a uma entidade.

3) Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

Designação	Montante	Localidade
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	328.930	Lisboa
Metro do Porto, SA	271.335	Porto
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	242.980	Porto
Randstad II - Prestação de Serviços, Lda	205.710	Porto
Total	1.048.955	
Valores em euros e com IVA excluído		

4) Contratação Pública

Em 2012 foi lançado um concurso utilizando a plataforma Vortal:

- Concurso Público Rede de Vendas de produtos geridos pelo TIP
 - Contrato de prestação de serviços que garanta a existência de uma rede de Venda permanente capaz de assegurar a comercialização de produtos, nomeadamente venda de cartões sem contacto de baixo custo e de carregamento eletrónico de títulos de transporte, geridos pelo TIP.
 - Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços
 - Data de envio do anúncio para publicação no Diário da Republica: 25/06/2012

6.3.5. Análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental

As matérias que versam as atividades desenvolvidas pelo TIP em matéria de sustentabilidade económica, social e ambiental encontram-se referidas ao longo do presente relatório de gestão, pelo que neste ponto, sempre que possível, se efetua a remissão para o respetivo capítulo:

Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas:

Esta temática encontra-se desenvolvida **no ponto 6.3.1)** do presente capítulo **O TIP e os seus Acionistas – Missão, Visão e Política.**

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade:

Este Agrupamento prossegue uma política económica de gestão integrada dos recursos do SIA, do tarifário intermodal aplicável a todos os operadores aderentes, bem como da rede de vendas comum, desenvolvendo a sua atividade com um efetivo reduzido e com recurso a prestações de serviços externas em áreas especializadas, dentro dos princípios de racionalidade económica, financeira, social e ambiental e de salvaguarda de normas de qualidade.

Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Sendo o TIP um agrupamento complementar de empresas, a sua existência e consequentes riscos para a sua atividade e para o seu futuro, são os inerentes a um ACE nos termos legalmente definidos, dependendo fortemente dos riscos e das opções estratégicas assumidos pelas suas agrupadas.

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

O TIP configura uma sociedade veículo criada pelas suas agrupadas, todas empresas de transporte coletivo de passageiros pertencentes ao Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de implantar e gerir um sistema de bilhética intermodal comum às agrupadas, permitindo assim atingir níveis de eficiência económica que não seriam possíveis caso cada agrupada tivesse desenvolvido um sistema de bilhética próprio. O TIP viabilizou a criação de um sistema de bilhética comum, de um sistema tarifário

comum e de uma rede de vendas comum às três empresas e a outros operadores que entretanto integraram o SIA, com a afetação dos seguintes recursos:

Máquinas de Venda Automática (MVAs)	288
Máquinas de Venda Manuais (Bilheteiras)	79
Agentes de Venda (Rede Externa)	516
ATM (em todo o país)	aprox. 14.000
Máquinas Portáteis de Venda e Fiscalização	137
Máquinas Portáteis de Fiscalização	64
Validadores	2063

Responsabilidade social

- **Responsabilidade social interna:** nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002 e conforme explicitado no ponto 5.2) do capítulo O TIP e os seus Colaboradores, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio sendo a disponibilização de recursos humanos assegurada pelas agrupadas, pelo que os colaboradores do TIP se encontram abrangidos pelas políticas de responsabilidade social das respetivas empresas origem:

Colaboradores	2010	2011	2012
MP	7	7	7
STCP	2	3	3
CP	1	2	2
	10	12	12

Nota: Colaboradores da CP em part-time

Do total dos 12 elementos em serviço neste ACE em 2012, 45% pertencem ao sexo feminino.

Ao longo do ano foram realizadas diversas ações de formação sobre os mais variados temas aos operadores que entretanto aderiram ao sistema intermodal Andante.

- **Responsabilidade social externa:** Ao permitir-se ao Cliente viajar em diversos modos de transporte utilizando o mesmo título de transporte com a mesma tarifa, o TIP está inquestionavelmente a potenciar a eliminação de barreiras na mobilidade das populações servidas através da utilização do sistema intermodal:

Quadro Síntese de Evolução da Intermodalidade na AMP

	Validações Totais TP	Validações Intermodais	% Intermod. sobre total sistema	Nº Operadores Aderentes	Nº Linhas Integradas
2003	nd	6,67	nd	3	18
2004	nd	12,33	nd	7	30
2005	165,72	22,25	13%	7	57
2006	150,85	44,15	29%	7	65
2007	176,23	68,52	39%	7	99
2008	183,17	82,53	45%	7	99
2009	180,75	90,25	50%	7	99
2010	184,41	97,73	53%	7	98
2011	186,24	104,68	56%	9	102
2012	172,64	109,68	64%	11	130

Unidade: milhões de validações

Crescimento Sistema Transportes AMP 2006 a 2012 ⇒ 14,4%

O TIP, conforme inscrito na sua Visão, posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na AMP, nomeadamente em transporte público. Assim desencadeia ações no âmbito puramente intermodal e apoia, na esfera das suas competências, as políticas de sustentabilidade social da comunidade seguidas pelas três agrupadas.

As ações desencadeadas em 2012 encontram-se descritas nos **capítulos 2 e 4** do presente “Relatório de Gestão”.

Desenvolvimento Sustentável

Criação de valor para o acionista:

Encontra-se descrita nos pontos “Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na AMP” e “Atividade Comercial 2012”.

Promoção da proteção ambiental

A intermodalidade assume-se como um fator determinante no desenvolvimento da mobilidade sustentável.

O desenho de redes de transporte mais eficientes, articuladas entre si e orientadas em função do cliente permite a obtenção de ganhos significativos em matéria ambiental quando aliados a um sistema de bilhética e tarifário comuns.

Viabiliza-se assim uma redução do número de equipamentos instalados e do número de tipos de títulos em utilização.

Igualmente crucial revela-se a opção pela utilização de cartões recarregáveis que permite reduzir em larga escala a produção de resíduos que resultariam inevitavelmente da utilização de cartões descartáveis (1 só utilização).

Em termos médios mensais, em 2012, foram utilizados 565 mil cartões Andante azul tendo cada cartão sido utilizado no sistema intermodal, em média, 4,62 vezes por mês e contribuindo assim para uma considerável redução de resíduos produzidos, na ordem das 23,5 toneladas de resíduos de papel, que correspondem a uma poupança de cerca de 400 árvores e a cerca de 230.000 litros de água, evitados pelo facto de os cartões Andante serem recarregáveis.

Contribuição para a inclusão social

Encontra-se descrita no ponto “Atividade Comercial 2012”.

Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade

O TIP, ao consubstanciar um agrupamento complementar de empresas que asseguram um serviço público de transporte público de passageiros nos modos ferroviários, metro e rodoviário, contribui indiretamente para esse mesmo serviço e para a satisfação das necessidades da coletividade servida pelas agrupadas.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa – investigação, inovação, desenvolvimento, integração de novas tecnologias no processo produtivo
Estas matérias encontram-se descritas no ponto “Factos Relevantes em 2012” deste documento.

Planos de ação para o futuro

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no capítulo “Perspetivas para 2013”.

6.3.6. Avaliação de cumprimento dos Princípios de Bom Governo

O TIP pauta a sua atividade pelo cumprimento dos Princípios de Bom Governo como se encontra explanado ao longo deste relatório.

6.3.7. Código de Ética e Conduta

Não dispondo o TIP diretamente de um Código de Ética e de Conduta, orienta a sua atividade em observância dos Códigos de Ética das suas agrupadas, na medida em que os colaboradores que lhe estão afetos pertencem ao respetivo quadro dos recursos humanos.

6.3.8. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A 16 de Abril de 2012 foi aprovado em Conselho de Administração do TIP o Relatório de Execução no ano de 2011 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

6.3.9. Sistema de Controlo

- Segregação de funções - As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, foram asseguradas através de Fiscal Único, que acompanhou a atividade da empresa e emitiu os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.
- As contas anuais foram objeto de Auditoria Externa, por empresa independente, que emitiu o respetivo relatório.
- Relativamente à componente de obrigação tarifária, protocolada pelos operadores aderentes ao sistema tarifário Andante com a DGTF no relativo ao Tarifário Social e com o IMTT, no relativo aos tarifários 4_18@escola.tp e Sub_23@superior.tp, cuja gestão compete ao TIP, foi prestada a informação de controlo definida. Ocorreu igualmente uma auditoria externa promovida pela IGF relativa ao Tarifário Social – Menores, Estudantes, Terceira Idade e Reformados Pensionistas – que emitiu o respetivo relatório.

6.3.10. Prevenção de Conflitos de Interesse

Nos termos da RCM nº49/2007, iv), nº22, nenhum dos membros dos órgãos sociais da empresa regista situações de conflitos de interesses, de participações no ACE, de relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócios passíveis de gerar conflitos de interesse.

6.3.11. Divulgação da Informação

No portal da empresa

Em fase de desenvolvimento.

No site SEE

Processo a iniciar em 2013 em articulação com a DGTF.

7. Desempenho Económico e Financeiro

Introdução

O TIP, ACE é um agrupamento que tem como objeto, além do mais, a gestão de um sistema de bilhética comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA (Sistema Intermodal Andante) - CP, MP, STCP e 8 Operadores de Transporte Privados. Tal responsabiliza o TIP, nomeadamente, pela definição da estrutura tarifária intermodal comum, pela gestão da receita angariada com a venda de títulos e suportes intermodais, pelo processamento de repartição de receita, pela aquisição de equipamentos e exploração *per si* ou por terceiros destes, pela gestão do sistema de informação e de comunicações das infraestruturas e dos meios de transporte explorados pelos referidos operadores. Decorrente das responsabilidades assumidas, o TIP é essencialmente remunerado por uma comissão aplicada sobre a receita objeto de repartição, por um *fee* sobre cada validação de título de transporte efetuada em equipamentos instalados nos operadores aderentes ao SIA, pela venda de suportes *Andante* e pela cedência de utilização de equipamentos a entidades terceiras; por oposição, o TIP, assume essencialmente o conjunto de encargos inerentes à manutenção preventiva e corretiva de todo o parque de equipamentos ao serviço do sistema de bilhética, e à gestão integral da rede de vendas, nomeadamente recolha, transporte e tratamento de valores, remuneração a revendedores e demais prestadores de serviços.

Situação Patrimonial

Tabela 1 - BALANÇO	2010	2011	2012	Varição 2012/11
Activos Fixos Tangíveis	5.871.725	4.772.891	3.662.764	-23,3%
Activos Intangíveis	4.756	18.643	19.855	6,5%
Inventários	386.118	548.129	434.753	-20,7%
Clientes	1.255.836	2.965.355	1.437.230	-51,5%
Estado e outros entes públicos	481.463	587.343	801.670	36,5%
Outras contas a receber	244.380	237.275	162.080	-31,7%
Caixa e Depósitos Bancários	2.712.304	4.603.342	3.964.279	-13,9%
Diferimentos	32.852	26.550	8.484	-68,0%
Activo	10.989.433	13.759.528	10.491.115	-23,8%
Capital realizado	30.000	30.000	30.000	0,0%
Resultados transitados	-4.173.190	-3.894.582	-4.682.643	20,2%
Subsídios ao investimento	2.098.324	1.571.458	1.046.842	-33,4%
Resultado líquido do período	278.608	-788.061	-729.486	-7,4%
Capital Próprio	-1.766.257	-3.081.186	-4.335.287	40,7%
Passivo não corrente	2.821.063	2.235.412	1.626.691	-27,2%
Fornecedores	1.081.321	1.481.734	1.624.173	9,6%
Fornecedores de Investimentos	714.933	397.090	107.400	-73,0%
Estado e outros entes públicos	8.184	13.345	9.295	-30,4%
Financiamentos obtidos	1.278.364	590.423	607.022	2,8%
Outras contas a pagar	6.851.825	12.122.710	10.851.821	-10,5%
Passivo	12.755.690	16.840.713	14.826.402	-12,0%

[valores expressos em euros]

No Ativo não Corrente verifica-se um decréscimo de 23,1% face ao exercício de 2011, que resulta essencialmente da depreciação dos ativos fixos tangíveis durante o exercício de 2012.

Ao nível dos investimentos realizados, que totalizaram 287,9 mil euros (289.424 referentes a adições e 1.570 referentes a abates), destacam-se os seguintes: equipamento de bilhética no montante de aproximadamente 188,9 mil euros maioritariamente absorvidos pela aquisição, instalação e colocação ao serviço de validadores, Postos de Venda Assistida (PVA) e Máquinas de Venda Automática (MVA) inerentes ao encerramento do projeto da 2ª Fase de bilhética sem contato na Agrupada CP, cerca de 50,6 mil euros relativos ao *upgrade* do software em utilização no sistema central e em equipamentos de venda e ainda aproximadamente 18,2 mil euros inerentes à aquisição de monitores para MVAs por obsolescência deste componente.

Regista-se uma redução de 24,1% nas rubricas de Ativo Corrente, facto associado à diminuição de:

- Clientes: diminuição de 51,5% (cerca de 1,5 milhões de euros) essencialmente justificada pela redução do montante em dívida por parte das agrupadas nomeadamente STCP e MP (reduções de 65,9% e 75,3%, respetivamente), essencialmente relativas a Comissão Rede de Vendas e *Fee* de validação intermodal e monomodal debitados pelo TIP. Resultado do esforço para que fosse viabilizado o pagamento de receita aos operadores aderentes ao SIA com o menor desfasamento possível face ao momento em que a receita é gerada foi implementado um procedimento que permitiu alcançar tal objetivo, com impacto direto no fluxo de faturação a clientes correspondente. A acrescentar ao referido deve salientar-se o esforço do TIP e das agrupadas MP e STCP para a regularização de valores reportados a exercícios precedentes. Ao nível de clientes diversos salientam-se as variações registadas nos saldos de entidades públicas com enfoques sobre a *PSP – Direção Nacional e Município do Porto* que registam reduções do montante em dívida superiores a 60% por oposição à *Direção Geral da Administração de Justiça* que mais que duplicou o saldo registado em 2011 (aumento da dívida de 101%). Refira-se que os saldos de entidades públicas são essencialmente relativos ao fornecimento de títulos e suportes *Andante* por requisição.
- Caixa e Depósitos Bancários: Diminuição de 14% (cerca de 639 mil euros) justificada pela alteração do prazo de pagamento da receita intermodal a favor dos operadores aderentes ao Sistema de Bilhética Intermodal já referido no ponto anterior.

Ao nível da rubrica de Capital Próprio, a deterioração em 40,7% é motivada pela aplicação sucessiva de resultados líquidos negativos registados em anos anteriores e pela variação de cerca de 500 mil euros na rubrica *subsídios ao investimento* reportada ao reconhecimento da parte do subsídio do FEDER (obtido em final do ano de 2008 e relativo à participação no investimento realizado em equipamentos de bilhética e rede de comunicações inerente ao funcionamento dos mesmos). Saliente-se contudo a variação positiva superior a 7% registada no *resultado líquido do exercício*.

A diminuição de 27,2% da rubrica de Passivo não Corrente, composta unicamente por uma operação de locação financeira contratada em 2009 para financiamento da aquisição de equipamentos de bilhética, decorre do perfil de amortização da operação.

Relativamente à rubrica Passivo Corrente, que apresentou uma diminuição de 9,6% (menos 1,4 milhões) face ao exercício de 2011, importa realçar a diminuição de 10,5% (menos 1,3 milhões de euros) da rubrica *Outras Contas a Pagar*, maioritariamente composta por receita intermodal repartida faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA. A redução verificada nesta rubrica resulta da alteração do procedimento de transferência da receita repartida já referido. Regista-se ainda uma redução de 7,8% das dívidas a fornecedores (correntes e de investimento).

Tabela 2

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2010	2011	2012	Varição 2012/11
CMVMC	530.166	517.650	448.389	-13,4%
Fornecimentos e serviços externos	2.162.229	3.715.041	3.801.163	2,3%
Gastos com o pessoal	430.266	433.617	442.115	2,0%
Outros gastos e perdas	7.369	10.014	48.167	381,0%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1.329.907	1.368.282	1.396.857	2,1%
Juros e gastos similares suportados	153.487	185.140	205.361	10,9%
Imposto sobre o rendimento do período	1.700	5.121	4.186	-18,3%
Gastos	4.615.124	6.234.867	6.346.240	1,8%
Vendas e serviços prestados	4.345.210	4.856.322	5.084.505	4,7%
Outros rendimentos e ganhos	548.522	569.466	526.216	-7,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	21.018	6.033	-71,3%
Rendimentos	4.893.732	5.446.805	5.616.754	3,1%
Resultado Líquido do Período	278.608	-788.061	-729.486	-7,4%
EBITDA	1.215.179	180.999	346.170	91,3%

[valores expressos em euros]

O EBITDA (Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) em 2012 foi de 346,2 mil euros, registando uma melhoria face a 2011 de cerca de 165,2 mil euros assente no aumento das *Vendas e serviços prestados* para o qual contribuíram as revisões tarifárias aplicadas ao preço dos títulos de transporte. Saliente-se que no apuramento do EBITDA não está a ser contemplado o valor subjacente à rubrica subsídios ao investimento.

Regista-se uma melhoria de 7,4% no *Resultado Líquido* do exercício, mantendo-se no entanto negativo em 729,5 milhares de euros (788,1 mil euros em 2011).

Face ao exercício de 2011, verifica-se um incremento de 1,4% dos custos operacionais suportados (amortizações excluídas). Os juros e gastos similares suportados aumentaram 10,9%, contribuindo para o aumento de 1,8% dos custos totais do exercício.

Relativamente aos Rendimentos, registe-se o aumento de 4,7% face a 2011 das vendas e prestações de serviços, representando uma variação absoluta de aproximadamente

228,2 mil euros justificada pelo aumento da receita repartida em resultado das revisões tarifárias e que contribui para o incremento da rubrica comissão de rede de vendas, bem como pelo valor relativo à cedência de utilização de equipamentos de bilhética à Agrupada CP, que foi atualizado, face a 2011, exclusivamente pelo Índice de Preços no Consumidor.

Principais Indicadores

Actividade	2011	2012	Δ%
Prazo Médio Recebimento (Dias)	222,88	103,17	-54%
Prazo Médio Pagamento (Dias)	122,78	143,33	17%

Em 2012 registou-se uma diminuição do Prazo Médio de Recebimento em 54% e um aumento do Prazo Médio de Pagamento de 17%.

Ressalva-se contudo o explícito na análise à rubrica de fornecedores, isto é, ocorreu a emissão de faturação por terceiros nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2012 que não foi alvo de pagamento pelo TIP por motivo de o prazo definido contratualmente ainda não haver expirado.

	2010	2011	2012	Varição 2012/11
Custos Operacionais	3.130.030	4.676.323	4.739.835	1,4%
Receitas Operacionais	4.345.210	4.857.322	5.086.005	4,7%
Grau de Cobertura Operacional	138,8%	103,9%	107,3%	3,4 pp

[valores expressos em euros]

Quanto ao grau de cobertura operacional regista-se uma variação positiva face a 2011 de 3,4 p.p., traduzindo-se numa melhoria da cobertura dos Custos pelas Receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP, apesar de permanecer deficiente a capacidade do TIP para cobrir os seus gastos totais com os rendimentos atuais, se considerados os juros suportados e a amortização da dívida contraída.

7.1. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de -729.486,01 euros (setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e um cêntimo negativos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 27 de março de 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:

PERSPETIVAS PARA 2013

Embora não existam alterações às orientações estratégicas para o triénio de 2011 – 2013, a evolução futura deste agrupamento estará fortemente condicionada à evolução que se perspetiva para a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP).

Em 2013, as empresas agrupadas do TIP carecem de conhecer exatamente quais as funções e tarefas que a AMTP vai assumir e também a data da respetiva concretização, para permitir a necessária adequação do modelo de negócio do TIP face à nova realidade. Esta matéria está dependente da clarificação da Tutela oportunamente solicitada.

Paralelamente a este processo continuará a ser garantida ao longo de 2013 a gestão operacional do sistema de bilhética intermodal (SIA), de que se destacam as seguintes ações:

- I. Sistema de Bilhética:
 - a. Conclusão da transferência tecnológica do fornecedor do Sistema de Bilhética para o TIP
 - b. Afetação dos meios adequados para a gestão operacional interna
 - c. Conclusão da instalação e entrada em funcionamento dos equipamentos de bilhética na CP
 - d. Introduzir melhorias nas ferramentas informáticas que permitam aumentar a eficiência na gestão operacional do SIA
- II. Modelo de Negócio do TIP:
 - a. Reformulação do modelo de negócio em conformidade com a clarificação pela Tutela relativa às competências a assegurar pela AMTP no âmbito da Gestão do Sistema de Bilhética Intermodal
- III. Alargamento do Sistema Intermodal Andante:
 - a. Clarificação das competências do TIP e da AMTP em matéria de operacionalização da integração de novas linhas no SIA
 - b. Alargamento do SIA a toda a rede CP situada na sua área geográfica
 - c. Revisão do zonamento intermodal numa lógica de simplificação para o cliente

- IV. Canais de Venda:
 - a. Conclusão do processo do concurso para a Rede de Agentes de Venda dos produtos geridos pelo TIP
 - b. Lançamento de concurso para prestação de serviços de recolha, transporte e tratamento de valores em MVA e sua adjudicação
 - c. Alargamento dos canais externos acompanhando o alargamento da área geográfica de aplicação do SIA, por via da integração de novas linhas
 - d. Melhorar as condições de funcionamento das Lojas Andante e Linha Andante
- V. Receita Intermodal:
 - a. Conclusão da discussão sobre o desenvolvimento do novo Modelo de Repartição de Receita
 - b. Definir novo modelo de gestão de conferência de receita e melhorar as ferramentas informáticas de apoio
 - c. Prestar informação correta e atempada às entidades oficiais certificadoras das compensações financeiras a atribuir aos operadores por via das obrigações tarifárias
- VI. Processos internos:
 - a. Continuar a implementar as recomendações consideradas pertinentes exaradas no Relatório de Auditoria Interna realizada em 2011
 - b. Continuar a executar a gestão documental autónoma do TIP, com base na ferramenta Documentum
 - c. Garantir a permanente atualização do cadastro do sistema de bilhética
 - d. Gestão operacional dos fornecimentos e prestações de serviços contratualizados, com nomeação de um gestor por contrato e criação de base de dados de contratos que permita o acompanhamento formal dos mesmos
- VII. Gestão económica e financeira
 - a. Dar rigoroso cumprimento às orientações tutelares no sentido da forte contenção de custos, consentânea com o previsto alargamento da atividade do ACE
 - b. Prosseguir uma política de investimentos muito restritiva, sob proposta devidamente fundamentada para obtenção de autorização prévia do Conselho de Administração caso a caso

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012



Balanço a 31 de Dezembro de 2012

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31-12-2012	31-12-2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.662.764	4.772.891
Ativos intangíveis	6	19.855	18.643
		3.682.619	4.791.534
Ativo corrente			
Inventários	7	434.753	548.129
Clientes	8	1.437.230	2.965.355
Estado e outros entes públicos	9	801.670	587.343
Outras contas a receber	10	162.080	237.275
Diferimentos	11	8.484	26.550
Caixa e depósitos bancários	4	3.964.279	4.603.342
		6.808.496	8.967.994
Total do ativo		10.491.115	13.759.528
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12	30.000	30.000
Resultados transitados	12	(4.682.643)	(3.894.582)
Subsídios ao investimento	12	1.046.842	1.571.458
Resultado líquido do período		(729.486)	(788.061)
Total do capital próprio		(4.335.287)	(3.081.186)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	16	1.626.691	2.235.412
		1.626.691	2.235.412
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.624.173	1.481.734
Fornecedores de investimentos	15	107.400	397.090
Estado e outros entes públicos	9	9.295	13.345
Financiamentos obtidos	16	607.022	590.423
Outras contas a pagar	14	10.851.821	12.122.710
		13.199.710	14.605.302
Total do passivo		14.826.402	16.840.713
Total do capital próprio e do passivo		10.491.115	13.759.528

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos exercícios de 2012 e 2011

Valores em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2012	2011
Réditos			
Vendas e serviços prestados	17	5.084.505	4.856.322
Outros rendimentos			
Outros rendimentos e ganhos	18	526.216	569.466
Gastos e perdas			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(448.389)	(517.650)
Fornecimentos e serviços externos	20	(3.801.163)	(3.715.041)
Gastos com o pessoal	21	(442.115)	(433.617)
Outros gastos e perdas	22	(48.167)	(10.014)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		870.886	749.465
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(1.396.857)	(1.368.282)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(525.971)	(618.818)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	6.033	21.018
Juros e gastos similares suportados	24	(205.361)	(185.140)
Resultado antes de impostos		(725.300)	(782.940)
Imposto sobre o rendimento do período	9	(4.186)	(5.121)
Resultado líquido do período		(729.486)	(788.061)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2012

Unidade: Euros

		Notas	Capital realizado	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2011	1		30.000	2.098.324	(4.173.190)	278.608	(1.766.257)
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados					278.608	(278.608)	(0)
Varição subsídios ao investimento				(526.867)			(526.867)
	2		0	(526.867)	278.608	(278.608)	(526.867)
Resultado Líquido do Período	3					(788.061)	(788.061)
Resultado Integral	4 = 2 + 3						(1.314.928)
Capital próprio em 31-12-2011	6	10	30.000	1.571.458	(3.894.582)	(788.061)	(3.081.186)
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados					(788.061)	788.061	0
Varição subsídios ao investimento				(524.615)			(524.615)
	7		0	(524.615)	(788.061)	788.061	(524.615)
Resultado Líquido do Período - 2012	8					(729.486)	(729.486)
Resultado Integral - 2012	9 = 7 + 8						(1.254.101)
Capital próprio em 31-12-2012	10	10	30.000	1.046.842	(4.682.643)	(729.486)	(4.335.287)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios de 2012 e 2011

RUBRICAS	Valores em Euros	
	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	6.612.630	3.146.802
Pagamentos a fornecedores	(4.285.646)	(3.799.159)
Pagamentos ao pessoal	(445.457)	(457.036)
Caixa gerada pelas operações	1.881.526	(1.109.393)
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento	1.478	(4.376)
Outros recebimentos/pagamentos	(37.827)	40.906
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.845.178	(1.072.862)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a :		
Ativos fixos tangíveis	(792.810)	(679.991)
Ativos intangíveis	(12.196)	(23.371)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(805.006)	(703.362)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	6.033	21.018
Recebimentos a transferir para os operadores	64.823.770	49.584.442
Pagamentos respeitantes a :		
Financiamentos obtidos	(730.685)	(1.378.303)
Pagamentos efetuados aos operadores	(65.705.286)	(44.476.420)
Juros e gastos similares	(67.947)	(81.775)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	(5.121)	(1.700)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(1.679.235)	3.667.262
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	(639.063)	1.891.038
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.603.342	2.712.304
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.964.279	4.603.342

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

(valores expressos em euros)

1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., tem a sua sede na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1862 – 9.º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de Dezembro de 2002, a atividade principal consiste na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transportes na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de março de 2013. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2012, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>N.º de anos</u>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Inventários

As mercadorias correspondem na sua totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

3.3. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2012, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

3.4. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de “Clientes e Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que

os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamentos de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

3.6. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

3.7. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.8. R dito

a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informa es obtidas no sistema de bilhética.

b) Serviços prestados

Os proveitos gerados pela Comissão de Valida o (0,015 euros/valida o) são registados mensalmente, de acordo com as informa es obtidas no sistema de bilhética.

Os proveitos gerados pela Comissão de Rede de Vendas (2,5% da receita obtida por cada operador) são registados mensalmente, de acordo com as informa es obtidas no sistema de bilhética.

3.9. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstra es financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando   data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administra o, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situa es que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.9.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obriga es que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulga o.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos bancários	3.512.494	4.146.778
Caixa	451.785	456.564
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3.964.279</u>	<u>4.603.342</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2011

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2011				
Custo de Aquisição	5.998	10.825.758	281.630	11.113.386
Depreciações acumuladas	(4.670)	(4.997.111)	(239.879)	(5.241.660)
Valor líquido	1.328	5.828.647	41.751	5.871.726
Variação do período				
Adições	0	237.786	10.910	248.696
Abates	0	(2.546)	0	(2.546)
Depreciação – período	(531)	(1.329.561)	(16.615)	(1.346.707)
Depreciação - abates	0	1.724	0	1.724
Valor líquido	(531)	(1.092.597)	(5.705)	(1.098.833)
31 de Dezembro de 2011				
Custo de Aquisição	5.998	11.060.998	292.540	11.359.536
Depreciações acumuladas	(5.202)	(6.324.948)	(256.495)	(6.586.645)
Valor líquido	796	4.736.050	36.045	4.772.891

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2012

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2012				
Custo de Aquisição	5.998	11.060.998	292.540	11.359.536
Depreciações acumuladas	(5.202)	(6.324.948)	(256.495)	(6.586.645)
Valor líquido	796	4.736.050	36.045	4.772.891
Variação do período				
Adições	0	245.234	31.982	277.216
Abates	0	(1.570)	0	(1.570)
Depreciação – período	(531)	(1.356.058)	(29.273)	(1.385.862)
Depreciação - abates	0	89	0	89
Valor líquido	(531)	(1.112.305)	2.709	(1.110.126)

31 de Dezembro de 2012				
Custo de Aquisição	5.998	11.304.661	324.522	11.635.181
Depreciações acumuladas	(5.733)	(7.680.916)	(285.767)	(7.972.416)
Valor líquido	265	3.623.745	38.755	3.662.765

No período findo em 31 de Dezembro de 2012 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor bruto	4.409.505	4.409.505
Depreciações acumuladas	(3.243.395)	(2.701.464)
	<u>1.166.110</u>	<u>1.708.041</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2012

	<u>Outros ativos Intangíveis</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2012		
Custo de Aquisição	27.900	27.900
Amortizações acumuladas	(9.257)	(9.257)
Valor líquido	<u>18.643</u>	<u>18.643</u>
Varição do período		
Adições	12.208	12.208
Amortizações – período	(10.995)	(10.995)
Valor líquido	<u>1.212</u>	<u>1.212</u>
31 de Dezembro de 2012		
Custo de Aquisição	40.108	40.108
Amortizações acumuladas	(20.253)	(20.253)
Valor líquido	<u>19.855</u>	<u>19.855</u>

7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período corresponde a títulos intermodais, ascende ao montante de 434.753 euros (548.129 euros em 2011) e encontra-se em poder de terceiros.

8. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	468.487	407.870
STCP Soc.Transp.Colectivos do Porto, SA	318.958	934.159
Metro do Porto, SA	290.391	1.174.061
Dir. Geral Administração Justiça	151.367	75.205
PSP - Direção Nacional	57.720	150.844
Município do Porto	24.513	65.082
Outras dívidas de clientes	125.794	158.134
Total Clientes	<u>1.437.230</u>	<u>2.965.355</u>

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O saldo a receber da rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» inclui I.V.A. a recuperar, representando em 31 de Dezembro de 2012 um valor que ascende a 795.278 euros (567.893 euros em 2011).

O saldo credor da rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» apresenta-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Retenção imposto sobre rendimento	5.108	8.224
IRC-Imposto estimado	4.186	5.121
	<u>9.295</u>	<u>13.345</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos da rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava-se como segue:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
IVA- Reembolsos pedidos	795.278		567.892	
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)		5.108		8.224
IRC – Retenções na fonte a receber	4.884		14.932	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)	1.508		4.519	
IRC – Tributações autónomas		4.187		5.121
	<u>801.670</u>	<u>9.295</u>	<u>587.343</u>	<u>13.345</u>

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos mais significativos da rubrica “Outras contas a receber” apresenta-se como segue:

	2012	2011
Operadores receita distribuída	61.501	202.755
Operadores conta corrente	34.100	34.100
Acrésc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	22.346	0
Outros acrésc. rendimentos	44.133	420
	162.080	237.275

11. DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos» em 31 de Dezembro de 2012 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 8.484 euros (26.550 euros em 2011).

12. CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2012, de -4.682.643 Euros (-3.894.582 Euros em 2011).

Subsídios ao investimento

A rubrica “Subsídios ao investimento” é composta por fundos comunitários com origem no FEDER.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	<u>Montante</u>
1 de Janeiro de 2011	<u>2.098.324</u>
Regularizações por resultados	<u>(526.866)</u>
31 de Dezembro de 2011	<u>1.571.458</u>
Regularizações por resultados	<u>(524.616)</u>
31 de Dezembro de 2012	<u><u>1.046.842</u></u>

13. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	328.930	152.841
Metro do Porto, SA	271.335	122.806
STCP-Soc.Transp.Colectivos Porto, SA	242.980	244.148
Randstad II - Prestação de Serviços, Lda.	205.710	264.704
Octal -Eng. de Sistemas, SA	151.274	125.316
Novabase Business Solutions, SA	120.947	324.153
ASK, S.A.	105.029	0
Outras dívidas a fornecedores	197.968	247.766
	<u>1.624.173</u>	<u>1.481.734</u>
	<hr/>	<hr/>

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros credores		
Credores diversos i)	10.787.645	12.153.889
Acréscimos de gastos		
Remunerações	30.952	31.179
Outros	33.224	0
	<u>10.851.821</u>	<u>12.122.710</u>

i) Outros credores – esta rubrica refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos mais significativos desta rubrica referem-se às seguintes entidades:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Metro do Porto, S.A.	6.218.719	6.336.425
Receita a repartir	2.568.878	2.462.224
STCP - Soc. Transp. Colectivos Porto, S.A.	1.530.557	2.395.520
Outros credores	533.667	928.541
Total saldo corrente - Outras contas a pagar	<u>10.851.821</u>	<u>12.122.710</u>

15. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Octal -Eng. de Sistemas, SA	73.160	237.886
STCP - Soc. Transp. Colectivos Porto, S.A.	25.200	10.185
ALTRONIX - Sistemas Electrónicos Unip., Lda.	8.764	0
Outros	276	149.019
	<u>107.400</u>	<u>397.090</u>

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo e natureza, são os seguintes:

	2012			2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locação Financeira	607.022	1.626.691	2.233.713	590.423	2.235.412	2.825.835
Total	607.022	1.626.691	2.233.713	590.423	2.235.412	2.825.835

O financiamento está negociado em euros e vence juros a taxa variável.

Os bens utilizados pelo ACE em regime de locação financeira são equipamentos de bilhética, os quais se encontram registados no ativo pelo valor de 4.409.505 euros. No final do período o montante em dívida associado a este contrato era de 2.233.713 euros (2.825.835 euros em 2011).

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2012	2011
Prestação de serviços – Atividade intermodal	3.948.171	3.649.859
Vendas mercadorias – Títulos	1.136.334	1.206.463
Vendas e serviços prestados	5.084.505	4.856.322

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	2012	2011
Imputação de subsídios ao investimento	524.615	526.867
Outros	1.601	42.599
Outros rendimentos e ganhos	526.216	569.466

19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	2012	2011
Existências iniciais	548.129	386.118
Compras	335.013	679.661
Existências finais	(434.753)	(548.129)
Custo do período	448.389	517.650

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2012	2011
Subcontratos	1.743.108	1.810.661
Serviços especializados	1.731.615	1.638.704
Serviços diversos	272.214	224.588
Outros	54.226	41.088
Fornecimentos e serviços externos	3.801.163	3.715.041

21. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o período de 2012, foram os seguintes:

	2012	2011
Remunerações		
Órgãos sociais	50.150	49.300
Pessoal	322.914	319.140
	373.064	368.440
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	54.427	58.137
Outros encargos sociais	14.624	7.040
	69.051	65.177
Gastos com o pessoal	442.115	433.617

O número médio de empregados do ACE em 2012 foi de 12 (11 em 2011), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto 7 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP 3 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP 2 pessoas

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011
Impostos e taxas	1.456	1.550
Multas e penalidades	5.679	7.642
Outros (Corr. majoração operador)	41.032	822
Outros gastos e perdas	48.167	10.014

23. JUROS E GASTOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo da rubrica «Juros e gastos similares obtidos» em 31 de Dezembro de 2012 refere-se exclusivamente a juros de depósitos no montante de 6.033 euros (21.018 euros em 2011).

24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011
Gastos com serviços bancários	138.563	101.552
Juros de financiamentos obtidos	66.792	80.421
Outros	6	3.167
Juros e gastos similares suportados	205.361	185.140

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período de 2012, de 4.556 euros (4.556 euros em 2011).

ANEXOS



Informação Estatística Relevante

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2010	2011	2012	Δ 11/12
Andante Gold TIP	37.156	41.553	79.216	90,6%
Andante Gold 4_18	17.229	17.225	9.667	-43,9%
Andante Gold Sub23	14.799	15.032	5.261	-65,0%
Personalização Funcionário/Familiar STCP	1.239	1.366	1.451	6,2%
Personalização STCP	20.818	16.262	2.478	-84,8%
Total PVC	91.241	91.438	98.073	7,3%
Cartão Andante CTS TIP	1.696.146	1.736.739	1.486.592	-14,4%
Total	1.787.387	1.828.177	1.584.665	-13,3%

Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)	2010	2011	2012	Δ 11/12
Andante Gold TIP	181.663,77 €	198.405,35 €	383.805,50 €	93,4%
Andante Gold 4_18	38.055,00 €	37.295,00 €	21.762,50 €	-41,6%
Andante Gold Sub23	29.755,75 €	32.800,00 €	11.077,50 €	-66,2%
Personalização Funcionário/Familiar STCP	- €	- €	- €	
Personalização STCP	101.624,13 €	77.325,50 €	11.165,00 €	-85,6%
Total PVC	351.098,65 €	345.825,85 €	427.810,50 €	23,7%
Cartão Andante CTS TIP	846.756,40 €	866.939,40 €	742.468,00 €	-14,4%
Total	1.197.855,05 €	1.212.765,25 €	1.170.278,50 €	-3,5%

Carregamentos por tipo de título *				
Título de Transporte	2010	2011	2012	Δ 11/12
Títulos de Viagem	21.036.794	21.863.402	22.365.798	2,3%
Andante 24	76.560	87.670	83.501	-4,8%
Andante Tour 1	135.327	109.211	43.672	-60,0%
Andante Tour 3	23.767	29.179	25.170	-13,7%
Total Títulos Ocasionais	21.272.448	22.089.462	22.518.141	1,9%
Assinatura Normal	623.572	629.133	572.008	-9,1%
Normal M			584	
Assinatura 4_18	222.650	237.467	162.156	-31,7%
Assinatura Júnior	1.894	3.783	6.337	67,5%
Assinatura Estudante	74.906	68.904	158.134	129,5%
Assinatura 3ª Idade	77.729	89.869	113.557	26,4%
Assinatura Ref. / Pens.	7.037	7.703	5.394	-30,0%
Assinatura Sub23	194.131	216.419	129.717	-40,1%
Social +		39.032	165.152	323,1%
Assinatura 10/16	180	98		
Assinatura combinada	13			
Assinatura P&R	1.073	1.448	1.197	-17,3%
Total Títulos Assinatura	1.203.185	1.293.856	1.314.236	1,6%
TOTAL GERAL	22.475.633	23.383.318	23.832.377	1,9%

* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

Receita de carregamentos de títulos por tipo de título *				
Título de Transporte	2010	2011	2012	Δ 11/12
Títulos de Viagem	22.614.437,80 €	25.456.546,50 €	28.727.185,90 €	12,8%
Andante 24	296.843,35 €	376.398,15 €	375.291,55 €	-0,3%
Andante Tour 1	668.828,35 €	614.327,80 €	305.192,95 €	-50,3%
Andante Tour 3	261.018,90 €	357.333,10 €	377.397,60 €	5,6%
Total Títulos Ocasionais	23.841.128,40 €	26.804.605,55 €	29.785.068,00 €	11,1%
Assinatura Normal	18.074.053,65 €	20.137.020,25 €	20.422.322,75 €	1,4%
Normal M			19.898,60 €	
Assinatura 4_18	2.890.061,95 €	3.428.197,75 €	3.413.325,20 €	-0,4%
Assinatura Júnior	39.211,15 €	83.497,80 €	154.498,00 €	85,0%
Assinatura Estudante	1.703.762,25 €	1.721.510,10 €	4.374.124,95 €	154,1%
Assinatura 3ª Idade	1.287.489,90 €	1.634.622,80 €	2.936.008,75 €	79,6%
Assinatura Ref. / Pens.	120.584,95 €	142.928,45 €	140.453,90 €	-1,7%
Assinatura Sub23	3.025.594,20 €	3.743.511,30 €	3.299.614,35 €	-11,9%
Social +		1.040.117,95 €	4.471.271,50 €	329,9%
Assinatura 10/16	3.358,20 €	2.071,70 €		
Assinatura combinada	267,25 €			
Assinatura P&R	17.101,10 €	24.174,00 €	19.975,00 €	-17,4%
Total Títulos Assinatura	27.161.484,60 €	31.957.652,10 €	39.251.493,00 €	22,8%
TOTAL GERAL	51.002.613,00 €	58.762.257,65 €	69.036.561,00 €	17,5%
	52.200.468,05 €	59.975.022,90 €	70.206.839,50 €	17,1%

* Dados referentes à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

Receita mensal de venda de suportes e de carregamentos por canal				
	2010	2011	2012	Δ 11/12
MVAs rede MP	26.526.481,25 €	29.772.677,55 €	32.332.453,95 €	8,6%
PayShop + CTT	13.233.580,15 €	15.610.286,60 €	20.377.239,45 €	30,5%
Lojas Andante	6.531.507,04 €	7.854.144,50 €	8.913.709,55 €	13,5%
CP Porto	3.423.838,65 €	3.208.244,80 €	3.028.842,55 €	-5,6%
MVAs rede CP	- €	651.247,90 €	2.013.374,55 €	209,2%
STCP	1.764.816,21 €	1.640.678,15 €	1.777.423,15 €	8,3%
SIBS	594.921,00 €	1.078.625,00 €	1.524.219,60 €	41,3%
Privados	57.122,95 €	77.743,80 €	144.778,85 €	86,2%
Revendedores	68.200,80 €	81.374,60 €	94.797,85 €	16,5%
TOTAL	52.200.468,05 €	59.975.022,90 €	70.206.839,50 €	17,1%

Validações por tipo de título				
Título de Transporte	2010	2011	2012	Δ 11/12
Títulos de Viagem	28.232.527	29.450.308	30.284.916	2,8%
Andante 24	273.924	349.222	410.572	17,6%
Andante Tour 1	710.993	591.441	278.142	-53,0%
Andante Tour 3	301.450	367.228	283.537	-22,8%
Total Títulos Ocasionais	29.518.894	30.758.199	31.257.167	1,6%
Assinatura Normal	39.535.350	40.197.019	35.184.751	-12,5%
Normal M			33.532	
Assinatura 4_18	10.260.189	11.205.406	8.548.411	-23,7%
Assinatura Júnior	81.949	136.110	221.460	62,7%
Assinatura Estudante	4.320.883	4.065.416	8.236.304	102,6%
Assinatura 3ª Idade	4.526.367	5.318.774	6.570.457	23,5%
Assinatura Ref. / Pens.	573.662	636.698	484.585	-23,9%
Assinatura Sub23	8.903.450	9.859.746	6.620.364	-32,9%
Assinatura 10/16	8.184	5.005		
Social +		2.537.344	12.520.129	393,4%
Total Títulos Assinatura	68.210.034	73.961.518	78.419.993	6,0%
TOTAL GERAL	97.728.928	104.719.717	109.677.160	4,7%

Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título

Título de Transporte	2010	2011	2012
Total Títulos Ocasionais	0,84 €	0,90 €	0,98 €
Total Títulos Assinatura	0,40 €	0,44 €	0,51 €

Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título

Título de Transporte	2010	2011	2012
Títulos de Viagem	0,80 €	0,86 €	0,95 €
Andante 24	1,08 €	1,08 €	0,91 €
Andante Tour 1	0,94 €	1,04 €	1,10 €
Andante Tour 3	0,87 €	0,97 €	1,33 €
Total Títulos Ocasionais	0,81 €	0,87 €	0,95 €
Assinatura Normal	0,46 €	0,50 €	0,58 €
Normal M			0,59 €
Assinatura 4_18	0,28 €	0,31 €	0,40 €
Assinatura Júnior	0,48 €	0,61 €	0,70 €
Assinatura Estudante	0,39 €	0,42 €	0,53 €
Assinatura 3ª Idade	0,28 €	0,31 €	0,45 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,21 €	0,22 €	0,29 €
Assinatura Sub23	0,34 €	0,38 €	0,50 €
Social+		0,41 €	0,36 €
Assinatura 10/16	0,41 €	0,41 €	
Total Títulos Assinatura	0,40 €	0,43 €	0,50 €

Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)

Título de Transporte	2010	2011	2012
Títulos de Viagem	1,34 €	1,35 €	1,35 €
Andante 24	3,58 €	3,98 €	4,92 €
Andante Tour 1	5,25 €	5,42 €	6,37 €
Andante Tour 3	12,68 €	12,59 €	11,26 €
Total Títulos Ocasionais	1,39 €	1,39 €	1,39 €
Assinatura Normal	63,40 €	63,89 €	61,51 €
Normal M			57,42 €
Assinatura 4_18	46,08 €	47,19 €	52,72 €
Assinatura Júnior	43,27 €	35,98 €	34,95 €
Assinatura Estudante	57,68 €	59,00 €	52,08 €
Assinatura 3ª Idade	58,23 €	59,18 €	57,86 €
Assinatura Ref. / Pens.	81,52 €	82,66 €	89,84 €
Assinatura Sub23	45,86 €	45,56 €	51,04 €
Assinatura 10/16	45,47 €	51,07 €	
Social +		65,01 €	75,81 €
Total Títulos Assinatura	56,69 €	57,16 €	59,67 €

Curricula dos Membros do Conselho de Administração

Presidente – João Velez Carvalho

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa
- Pós-graduação na Universidade de PARIS XIII com o *Certificat d'Aptitude a l'Administration des Entreprises (diplôme d'Etat)*
- *Master of Business Administration* (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto
- Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto
- Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro
- Diploma do Curso de Alta Direção "*Driving Government Performance in Portugal*", Jonh F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard
- Certificado do Instituto Nacional de Administração "*Negotiation And Influence Strategies For Portuguese Executives*"

Experiência Profissional:

- Presidente Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração não Executivo da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica)
- Direção de projetos de internacionalização
- Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP -Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica)
- Direção de projetos de internacionalização
- Consultor para as Áreas do Ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos)

urbanos e industriais] na EURISCO, S.A. (Grupo AEP)

- Consultor no desenvolvimento de projeto de relocalização Industrial com a Roland Berger & Partners, na Law Gibb, S.A.
- Consultor da RAR - Sociedade de Controlo (Holding), S.A.
- Administrador Delegado da SET - Serviços e Tecnologias, S.A. (GRUPO RAR)
- Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, S.A.
- Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.
- Administrador da CLIMAESPAÇO - Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.
- Diretor da RAR – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL
- Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Imperial - Produtos Alimentares, S.A.
- Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN - Materiais de Desenho de Mário Lino, LDA.
- Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.
- Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A.
- Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico Porto
- Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte

Habilitações Académicas:

- Bacharel em Informática pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto
- Licenciada em Informática de Gestão pelo Instituto Superior da Maia

Experiência Profissional:

- Administradora-Delegada do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Diretora do Gabinete de Informática e Comunicações da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Chefe de Serviços de Informática da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Coordenadora de projetos na STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Analista de sistemas de informação na STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Técnica de informática na STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Técnica de informática na SOPSI

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Pós-graduação em Gestão para Executivos pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa
- Six Sigma (General Electric)
- Fluxo de Tesouraria (General Electric)
- Planeamento Estratégico e Marketing (CIFAG)

Experiência Profissional:

- Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.
- Administrador Não Executivo da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Presidente da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA
- Vogal do Conselho de Administração Porto Digital
- Presidente do Conselho Fiscal da ATC – Porto Tours
- Diretor Geral de Compras e Aprovisionamento e Sistemas de Informação da Vista Alegre Atlantis, SA
- Diretor Geral (Empresa Continental Importadora, SA)
- Diretor Administrativo e Financeiro (General Electric Portugal – Power Controls)

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa
- Mestre em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG)
- Pós-graduada em “Competitiveness of the European Railways” no European Training Centre dor Railways (ETCR)
- Pós-graduada em “Altos Estudos de Transportes” pelo Instituto Superior de Transportes (IST)

Experiência Profissional:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
- Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
- Vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Diretora de Direção na CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
- Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa
- Membro da Comissão de Acompanhamento do projeto Metro Sul do Tejo
- Membro da Comissão de Acompanhamento do projeto Metro Ligeiro de Superfície na Circular Externa Algés – Falagueira
- Assessora do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – Professor Doutor António Pedro de Carmona Rodrigues – para as áreas de Economia, Finanças e dos Transportes
- Directora do Departamento de Análise e Regulação Económica no ex-INTF
- Chefe de serviço pela Área de Gestão no Gabinete de Auditoria Interna da CP
- Auditora na área de Gestão na CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.
- Docente na pós-graduação de Leadership & Management no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto
- Programa de Gestão Avançada da Escola de Gestão do Porto (EGP)

Experiência Profissional:

- Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP -Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Controller na Mota-Engil SGPS,SA
- Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, SA
- Administrador da Mota-Engil Engineering, SA
- Gerente da M-Invest Slovakia Minerva, SRO
- Gerente da M-Invest Sovania Trnavska, SRO
- Gerente da M-Invest Slovakia, SRO
- Membro do Conselho Fiscal da Bergamon, SA
- Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia
- Controller na Mota-Engil Central Europe, SA
- Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola
- Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.", (Agrupamento) as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 10.491.115 euros e um total de capital próprio negativo de 4.335.287 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 729.486 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Agrupamento, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestações de contas.



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º33
Registada na CMM com o n.º 1975
Contribuinte n.º 502 138 394*

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

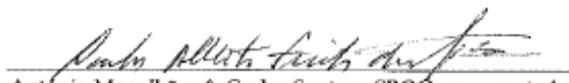
8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- O Agrupamento, a exemplo dos exercícios anteriores, manteve a situação deficitária do capital próprio, atualmente negativo no valor de 4.335.287 euros. O princípio da solidariedade dos Agrupados pelas dívidas do Agrupamento é imposto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73, de 4 de junho.

Porto, 27 de março de 2013


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos (Dr.) - R.O.C. n.º 177

Página 2 de 2

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do contrato de sociedade do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento) e o mandato que nos foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do TIP, ACE, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

Salientamos neste exercício a diminuição da procura global do Sistema de Transportes Públicos da Área Metropolitana do Porto, traduzindo-se num decréscimo de 7,3%, no total das validações, relativamente ao ano anterior. Anote-se, contudo, que se observou um acréscimo de 4,7%, das validações com títulos intermodais Andante.

Não obstante, a referida diminuição da procura global, o valor total das Vendas e Prestações de Serviços registaram um aumento de 4,7%, em relação ao ano transato. Contribuiu, de modo significativo, para esta situação o aumento tarifário intermodal baseado no despacho normativo n.º 1/2012, de 27 de janeiro, e na Portaria n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro, que se traduziu num aumento tarifário ponderado de 22,1%.

Verificamos que o capital próprio do ACE permanece negativo, o que não está de acordo com o Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.



O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou

Página 1 de 2

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º33
Registada na CMVM com o n.º 1975
Contribuinte n.º 502 138 394*

critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

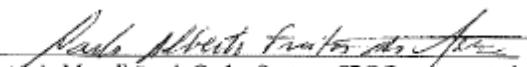
O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2012;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 27 de março de 2013

O Fiscal Único


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

Página 2 de 2

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da TIP - Transportes Intermodais do Porto A.C.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 10.433.120 euros e um total de capital próprio negativo de 4.335.287 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 729.486 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, dada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palais Bâle Meyer, Rue Bevez-Mériles, 1 - 2º, 1019 - 316 Liège, Portugal
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 163 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TIP - Transportes Intermodais do Porto A.C.E. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

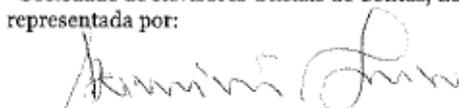
Ênfases

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- i) Tal como referido na nota 12 do anexo às demonstrações financeiras, a responsabilidade por receita a repartir aos operadores da intermodalidade no montante de cerca de 2.569 milhares de euros encontra-se registada na rubrica de outras contas a pagar. Está em curso o apuramento do valor efetivo de responsabilidade por receita não repartida e o diferencial face ao registado no balanço que resulta do modelo de repartição aprovado pelos operadores, o que permitirá, em conjunto com os operadores, definir o destino deste valor;
- ii) Chamamos a atenção para o facto do capital próprio apresentar um valor negativo no montante de 4.335.287 euros. De acordo com o estabelecido na Lei n.º 4/73 - N.º2 da Base II, legislação aplicável aos Agrupamentos Complementares de Empresas, as empresas agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do agrupamento.

27 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.